

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

ADRIANA CRISTINA FREITAS

**GESTÃO DA SALA DE AULA E *ETHOS* JUVENIL: OS IMPACTOS DA
TECNOLOGIA NA ETAPA FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

CURITIBA

2025

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

ADRIANA CRISTINA FREITAS

**GESTÃO DA SALA DE AULA E *ETHOS* JUVENIL: OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA
ETAPA FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

CURITIBA

2025

ADRIANA CRISTINA FREITAS

Gestão da sala de aula e *Ethos* juvenil: os impactos da tecnologia na etapa final da educação básica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.
Área de Concentração: Educação

Orientadora: Prof. Dra. Desiré Luciane Dominschek

CURITIBA

2025

F866g Freitas, Adriana Cristina

Gestão da sala de aula e Ethos juvenil: os impactos da tecnologia na etapa final da educação básica / Adriana Cristina Freitas. – Curitiba, 2025.

77 f. : il. (algumas color.)

Orientadora: Profa. Dra. Desiré Luciane Dominschek
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter.

1. Ensino médio. 2. Prática de ensino. 3. Ética. 4. Manejo de classe. 5. Tecnologia educacional. 6. Inovações educacionais. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 12/2025

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 18 de novembro de 2025, às 9h reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Desiré Luciane Dominschek (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER), Rita de Cassia da Silva Oliveira (Integrante Externo Titular/UEPG), Glaucia da Silva Brito (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER), Alceli Ribeiro Alves (Integrante Interno Suplente - PPGENT/UNINTER), Luciana Coutinho (Integrante Externo Suplente/UFSCAR), para julgamento da dissertação: "GESTÃO DA SALA DE AULA E ETHOS JUVENIL: OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA ETAPA FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA", da mestranda Adriana Cristina Freitas. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

- (X) APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- () APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- () REPROVADA.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: Atender as revisões finais indicadas pela banca para entrega.

Documento assinado digitalmente
gov.br DESIRÉ LUCIANE DOMINSCHKE LIMA
Data: 01/12/2025 10:11:26 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Desiré Luciane Dominschek
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br GLAUCIA DA SILVA BRITO
Data: 01/12/2025 17:48:00 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Glaucia da Silva Brito
Integrante Interno Titular

Dra. Luciana Coutinho
Integrante Externo Suplente

Documento assinado digitalmente
gov.br RITA DE CASSIA DA SILVA OLIVEIRA
Data: 01/12/2025 02:34:39 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Rita de Cassia da Silva Oliveira
Integrante Externo

Documento assinado digitalmente
gov.br ALCELI RIBEIRO ALVES
Data: 01/12/2025 06:19:12 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Alceli Ribeiro Alves
Integrante Interno Suplente


Adriana Cristina Freitas
Mestranda

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por cada gota de energia no meu ser, agradeço ao meu marido Clesio e meus filhos Gustavo, César e Letícia por todo apoio e amor. Aos colegas do curso de mestrado, em especial Josias Padilha, Clarice Moreira e Aline Pereira; aos queridos professores: Joana Romanowski, Gláucia da Silva Brito e Luís Fernando Lopes e à estimada orientadora, Desiré Luciane Dominscheck por exigir as posturas necessárias no percurso desta pesquisa, com toda sabedoria e paciência.

RESUMO

Esta pesquisa integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias (PPGENT) da Uninter, na linha de pesquisa *Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação*, e está voltada à análise dos impactos das tecnologias digitais na Educação Básica, especialmente na cultura estudantil e na gestão do ensino na sala de aula. Partindo das mudanças comportamentais observadas entre os alunos do ensino médio, na contemporaneidade e dos apelos da comunicação virtual, o estudo discute como tais transformações interferem nas concepções de ensino, no *ethos* juvenil e na qualidade da educação, refletindo em desafios como evasão escolar e desvalorização social da escola. As relações que se estabelecem na sala de aula dos anos finais do ensino médio, moldadas pelas tendências dos ambientes virtuais, mostram diferentes construções identitárias, culminando em desinteresse, desconcentração, depressão e baixo desempenho dos estudantes. Apesar disso, as práticas pedagógicas passaram a exigir maior ética e responsabilização dos professores, diretamente envolvidos na convivência com esses sujeitos. O objetivo geral é analisar as inter-relações entre a gestão pedagógica e o comportamento discente diante da presença constante das tecnologias digitais no ambiente escolar. A pesquisa propõe então, identificar mudanças nos perfis dos estudantes, discutir formas de integrar as tecnologias de forma pedagógica e sugerir diretrizes para o uso crítico e pedagógico da internet. Através da abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, a investigação usa a técnica de entrevista semiestruturada com estudantes do 2º ano do ensino médio e revisão bibliográfica. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNINTER, e todos os procedimentos respeitaram os princípios éticos previstos. Como contribuição, subsídios teóricos e práticos foram buscados para o aprimoramento da prática escolar, promovendo o uso ético e consciente das tecnologias no processo educativo. Os resultados revelaram que, embora, as mídias sociais sejam utilizadas para pesquisas escolares, objetivos profissionais e acesso a informações, ainda, não integram de forma satisfatória as práticas que levam à aprendizagem escolar. Como produto da pesquisa foi desenvolvido um guia prático com orientações voltadas ao público escolar, sobre o uso consciente da internet.

Palavras-chave: ensino médio, *ethos*, ética, tecnologia

ABSTRACT

This research is part of Postgraduate Program in Education and New Technologies (PPGENT) at Uninter in the research line teacher training and new technologies in education and the focused on analyzing the impacts of digital technologies on basic Education, especially on student culture and teaching management. Starting from the behavioral changes observed among high school's students in the contemporary times, the appeals of virtual communication, the studying discusses how show transformations meddle with teaching concepts, the students' *ethos* and the quality of education, reflecting on challenges like school's dropout and social devaluation. The relationships which established in the classroom in the early years of high school, shaped by trends in virtual environments, show different identity constructions, culminating in disinterest, lack of concentration, depression and low student performance. Despite this, pedagogical practices began to demand greater ethics and teachers' responsibility, directly involved in coexistence with these subjects. The general objective is to analyze the interrelationships between pedagogical management and student behavior in the face of the constant presence of digital technologies inside school environment. The research, then, proposes to identify changes in students' profiles, discuss ways and suggest guidelines for the critical and pedagogical using of the internet. Through a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, this investigation uses the semi-structured interview technique with second grade in high school and bibliography review. The research was approved by the Uninter Ethics Committee and all procedures respected the expected ethical principles. As a contribution, theoretical and practical subsidies were sought to improve school management and teacher training, promoting the ethical and conscious using of technologies in the educational process. The results brought up that, although the social medias help school research, professional purposes and access information, they still don't integrate nicely the practice that lead to school learning. As a product of the research, a practical guide was developed with guidances aimed at school audiences, for the conscious using of the internet.

Keywords: high school, *ethos*, ethics, technology

LISTA DE QUADROS

1. Sites confiáveis para uso educacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Resultados Ideb município de João Monlevade- MG- Brasil	25
Figura 2	Resultados Ideb nos estados brasileiros	30
Figura 3	Resultados do Ideb por rede de ensino	32
Figura 4	Competências e habilidades de Projeto de Vida 1º Bim	33
Figura 5	Competências e habilidades de Projeto de Vida 2º Bim	35
Figura 6	Assuntos pesquisados pela turma 203	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBC	Currículo Básico Comum
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNE/ CEB	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
CRMG	Currículo Referência do estado de Minas Gerais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DO	Diário Oficial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACE-ID	Identificação do rosto
IA	Inteligência Artificial
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
INEP	Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Ministério Público
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática
PNE	Programa Nacional de Educação
PROEB	Programa de Avaliação da Educação Básica
Res.	Resolução
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Sars-Covid	Síndrome respiratória aguda grave- Severe acute respiratory syndrome
SEE- MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JUVENTUDE E ESCOLA: PERTENCIMENTO, IDENTIDADE E DESAFIOS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO. Breve histórico	17
2.1	BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA: As origens do ensino médio no Brasil.....	17
2.1.1.	Origens da educação secundária no Século XIX	18
2.1.2.	Primeiras reformas	18
2.1.3.	Reformas na Era Vargas	18
2.1.4.	Lei de Diretrizes e bases de 1961.....	20
2.1.5	Redemocratização e LDB de 1996.....	21
2.1.6	Reformas contemporâneas e o NEM.....	22
2.2	REALIDADE DO ENSINO MÉDIO EM JOÃO MONLEVADE.....	22
2.2.1	Fundação da escola.....	22
2.2.2	Realidade da escola Estadual Alberto P.Lima.....	23
2.2.3	Características do EM na atualidade.....	26
3	TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUA MEDIAÇÃO.....	37
3.1	Tecnologia e ethos.....	41
4	ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	45
4.1	Abordagem e natureza da pesquisa.....	47
4.2	Coleta de dados.....	48
4.2.1	Passo inicial: Conteúdos mais acessados	50

4.3 Análise de dados.....	51
4.3.1 Evolução do tema: Futuro profissional	55
4.3.2 O guia prático	55
5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	57
5.1 Apresentação	
5.2.1 Importância das orientações	59
5.2.2 Público-alvo.....	59
5.2.3 Boas práticas para tecnologia em sala de aula.....	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE	71

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte do programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias, dentro da Linha de pesquisa Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação e amplia as discussões sobre as modificações comportamentais nos jovens de ensino médio e os apelos da comunicação virtual gerados pelas mídias na sociedade ativa.

Professora há 26 anos, na rede pública mineira, pude perceber no meu convívio com crianças e adolescentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio regular, comportamentos e visões por vezes inovadoras, todavia, carregadas também de estereótipos que mudam as concepções de ensino e culminam em conceitos negativos, baixa qualidade escolar, quedas nos níveis de avaliação, evasão escolar e desvalorização social.

Os alunos, em sua maioria, não conhecem obras clássicas, leis importantes, temas relevantes academicamente, e demonstram pouco interesse quando apresentados a eles em fontes tradicionais ou meios tecnológicos. Negam-se a ler em sala de aula quando solicitados, esquecem livros e materiais propostos, não realizam as tarefas enviadas para casa; todavia, a tela do celular está sempre ligada. Atividades com auxílio do celular ou do computador, orientadas, são realizadas com presteza por alguns (mas, mesmo de posse do celular, alguns não as realizam: estão navegando em outros aplicativos, jogos, na maioria das vezes), raramente, sendo possível concluí-las, com o êxito esperado, pois a qualidade de acesso à internet é escassa, os computadores e periféricos são em quantidade mínima ou não funciona. Então, inviabiliza, pedagogicamente, utilizar simultaneamente computadores de mesa e celular para determinadas atividades, para suprir essa carência de materiais.

A escola básica formal, como espaço de socialização e construção do conhecimento, é constantemente desafiada a acompanhar essas mudanças, ressignificando suas práticas pedagógicas, formas de gestão e relações com os estudantes. Nesse contexto, a discussão sobre a gestão da sala de aula e *ethos* juvenil – Ethos para Aristóteles é a *héxis*, ou seu *Habitus*, ou - para empregar um termo da sociologia interacionista - ao seu tipo social, modos e costumes ou caráter. (Amossy, 2016, p.30). Portanto, o *ethos* juvenil é a atitude retórica ou modo de expressão, do adolescente ou jovem adulto contemporâneo, considerando as interações com as tecnologias que influenciam no aprendizado escolar. – torna-se central para compreender os impactos da tecnologia na Educação Básica.

Este estudo se propôs a buscar formas de lidar pedagogicamente com a influência da internet, com foco na etapa final da Educação Básica. A partir dessa delimitação, busca-se compreender de que forma as tecnologias digitais têm interferido no cotidiano escolar, na postura dos estudantes frente ao processo de ensino-aprendizagem e quais estratégias podem ser adotadas para lidar com essas transformações.

A relevância desta pesquisa se justifica pelo desinteresse e distração da maioria dos alunos pelo estudo das disciplinas e a crescente presença de recursos tecnológicos no ambiente escolar, além da necessidade do debate sobre seus efeitos no comportamento dos alunos, suas formas de se relacionar com o conhecimento e com os outros. Além disso, é fundamental analisar como as escolas têm respondido a esses desafios, seja no âmbito da organização pedagógica, na mediação de conflitos e formação docente.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os impactos da tecnologia na etapa final do ensino médio, considerando as inter-relações entre a gestão da sala de aula e o *ethos* juvenil. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) identificar mudanças no comportamento estudantil associadas ao uso da tecnologia, (2) discutir formas de lidar pedagogicamente com a internet e o *ethos* juvenil à luz das transformações digitais; e (3) propor estratégias que favoreçam um uso crítico e consciente das tecnologias no processo educativo. Dessa forma, a questão norteadora da pesquisa buscou questionar: *Quais são os impactos e de que forma a internet interfere na cultura juvenil e na gestão do ensino na sala de aula, na etapa final do ensino médio?*

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por meio da qual se busca compreender de forma aprofundada as percepções e práticas relacionadas à gestão do ensino, ao *ethos* juvenil e aos impactos da tecnologia no contexto da Educação Básica. A técnica utilizada foi o debate regrado, com regras pré-estabelecidas como tempo de fala e tipo de linguagem proposta e a coleta de dados que foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 30 estudantes do 2º ano e 3º ano do ensino médio, da rede básica de ensino, turno matutino, selecionados mediante critérios de acessibilidade e interesse em integrar a pesquisa, durante as aulas de projeto de vida, em abordagem dialógica coletiva. As entrevistas buscaram identificar os hábitos e as mudanças no comportamento discente relacionadas ao uso das tecnologias digitais.

Os capítulos foram organizados na seguinte sequência: as principais reformas

educacionais no Ensino Médio no Brasil, a realidade do ensino médio no município de João Monlevade, as tecnologias e sua mediação na sala de aula, o encaminhamento metodológico da pesquisa e o produto resultante da pesquisa.

Todos os procedimentos da pesquisa foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Uninter, conforme preconizado pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisas com seres humanos. O projeto foi aprovado.¹

Os participantes foram convidados de forma voluntária e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram informados sobre os objetivos da pesquisa, o caráter sigiloso e confidencial das informações, e o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos.

Quanto aos riscos, a pesquisa apresenta um risco mínimo, relacionados principalmente à exposição de opiniões pessoais ou desconfortos decorrentes da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Para mitigar esses riscos, foram garantidos o anonimato dos participantes e o sigilo absoluto das informações coletadas.

Em relação aos benefícios, espera-se que a pesquisa contribua com reflexões importantes para a prática educativa e para a gestão escolar, além de oferecer subsídios para a construção de estratégias mais conscientes e eficazes no uso da tecnologia na escola.

Os resultados também poderão servir como base para a formação de professores e gestores, promovendo melhorias no ambiente escolar e na relação entre gestão, cultura discente e inovação tecnológica.

Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para o aprimoramento das práticas de gestão da sala de aula, frente aos desafios tecnológicos, favorecendo a construção de um ambiente educativo mais integrado, ético e consciente no uso das tecnologias.

¹Consta em anexo o número

2 JUVENTUDE E ESCOLA: PERTENCIMENTO, IDENTIDADE E DESAFIOS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

2.1 Breve trajetória da educação secundária: As origens do ensino médio no Brasil

Este capítulo apresenta uma análise do contexto histórico e pedagógico do Ensino Médio no Brasil, examinando suas principais transformações ao longo do tempo e os desafios que se impõem na contemporaneidade. Inicia-se com um panorama histórico que remonta às reformas educacionais do século XIX, marco inicial da constituição desse nível de ensino no país, e segue com a evolução normativa e estrutural da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e suas repercussões nas décadas seguintes. Por fim, o capítulo discute as implicações dessas mudanças para a organização curricular do Ensino Médio, considerando as demandas sociais, políticas e econômicas que influenciam as práticas escolares no século XXI.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a educação na etapa final da educação básica, articulando aspectos históricos e contemporâneos que influenciam o Ensino Médio brasileiro. Busca-se ampliar a compreensão de que é urgente ir além das reformas institucionais, reconhecendo as profundas transformações pelas quais o mundo vem passando. Como afirma Aranha (2020, p. 10), “não nos compreendemos fora de nossa prática social, porque esta, por sua vez, se encontra mergulhada em um contexto histórico-social concreto”. Nesse sentido, torna-se essencial promover o debate no ambiente educacional envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar — alunos, professores, famílias e pesquisadores — a fim de compreender como os discentes se relacionam com as novas tecnologias e com as instituições escolares, e de que modo essas relações refletem as mudanças da sociedade contemporânea.

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, possui duração mínima de três anos, conforme dispõe a Seção IV, artigo 35, capítulo II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Essa etapa tem como propósito promover a formação integral do estudante, contemplando tanto a dimensão humana quanto a dimensão profissional, em consonância com as transformações históricas e as sucessivas alterações nas legislações educacionais brasileiras. A trajetória histórico-social do Ensino Médio no Brasil revela uma estreita relação entre juventude, escola e mundo do trabalho, marcada por um caráter formativo voltado às demandas produtivas. De modo geral, observa-se que o acesso ao ensino superior ainda se constitui como uma etapa tardia e desigual no contexto nacional, refletindo as contradições sociais e

econômicas que permeiam a educação brasileira.

2.1.1 Origens: o ensino secundário no século XIX

Segundo (Saviani, 2013) o que atualmente chamamos de Ensino Médio teve origem no ensino secundário, instituído no século XIX durante o Império. Este tipo de ensino era voltado às elites, com caráter preparatório para o ensino superior, especialmente para as faculdades de Direito, Medicina e Engenharia. As primeiras reformas — como a Reforma de 1837, que criou o Colégio Pedro II, — estabeleceram um modelo humanista e enciclopédico, centrado no ensino clássico (Latim, Retórica, Filosofia, História e Geografia). A educação profissional praticamente não existia, e a maioria da população não tinha acesso à escola.

2.1.2 Primeiras reformas republicanas (1889–1930)

Durante o período imperial (1822–1889), as assembleias provinciais publicaram um número expressivo de leis voltadas à instrução primária e secundária nas diferentes regiões do país (SCHUELER; MAGALDI, 2009). Na capital do Império, o Rio de Janeiro, as escolas receberam regulamentações específicas destinadas à organização e ao funcionamento do ensino primário e secundário, buscando atender às demandas educacionais emergentes daquele contexto histórico. Com a Proclamação da República, o sistema educacional passou a buscar uma identidade nacional, importante destacar que o ensino secundário manteve seu caráter elitista, mas começaram os debates sobre a função social da escola. A Reforma Benjamin Constant (1890) tentou modernizar o currículo, introduzindo conteúdos científicos e técnicos. Ainda assim, a educação continuou excludente, com baixas taxas de matrícula e forte separação entre ensino “intelectual” e “manual”.

2.1.3 Era Vargas e a dualidade educacional (1930–1960)

A Revolução de 1930 e a industrialização trouxeram a necessidade de formação técnica e profissional. A Reforma Francisco Campos (1931) criou o ensino secundário unificado, mas manteve uma divisão entre formação acadêmica e profissional. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), no Estado Novo, consolidou essa dualidade: de um lado, o ensino propedêutico para as elites; de outro, o ensino industrial e comercial para as classes populares. Essa estrutura refletia a lógica de classes da sociedade brasileira. (Saviani, 2013)

Nas décadas de 1920 e 1930, em meio a um projeto de reorganização hegemônica da sociedade brasileira, emergiu uma crescente preocupação com a formação de mão de obra qualificada, impulsionada pela migração do campo para as cidades e pela consequente necessidade de reordenar o sistema educacional. Nesse contexto, destaca-

se a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), idealizado por alguns dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, cuja influência foi decisiva na formulação de novas políticas educacionais (SAVIANI, 2013, p. 192).

A chamada renovação educacional desse período articulava a ideia de trabalho à crescente urbanização e incorporava as concepções pedagógicas dos educadores renovadores, que viam na educação o principal instrumento de transformação social. Entretanto, como observa Anísio Teixeira, a educação — embora elemento-chave do processo de inovação e modernização nacional — enfrentava “a tendência dos políticos profissionais a utilizar o espaço público e o poder público como instrumento de defesa de interesses privados” (SAVIANI, 2013, p. 222).

Dessa forma, o ideal de emancipação social e diminuição das desigualdades não se concretizou plenamente, ainda que, na década de 1920, o discurso republicano pregasse na educação o “passaporte para o progresso”, especialmente com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 16).

Importante destacar as ideias difundidas pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova², o Manifesto denunciava as desigualdades do sistema escolar vigente, que ainda refletia a estrutura social excludente herdada do período imperial e das reformas elitistas do início da República. Defendia, assim, uma educação democrática e humanista, capaz de promover o desenvolvimento integral do indivíduo e contribuir para a construção de uma sociedade moderna e justa. Conforme Saviani (2013), os pioneiros compreendiam a educação como instrumento essencial para a formação da consciência nacional e para o fortalecimento da democracia, em contraposição ao caráter conservador e fragmentado da instrução vigente. Este grupo de intelectuais, que consolidou no país o movimento da Escola Nova, enfatizava a centralidade do aluno no processo de aprendizagem, a valorização da experiência e a articulação entre teoria e prática. Esse movimento, fortemente inspirado nas correntes progressivistas e pragmatistas norte-americanas, especialmente nas ideias de John Dewey, buscava adequar a escola às exigências da sociedade urbana e industrial em formação.

Apesar de suas limitações e das resistências políticas da época, o Manifesto dos Pioneiros exerceu profunda influência nas políticas educacionais subsequentes,

² O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, constituiu um marco na história da educação brasileira ao propor uma reforma ampla do sistema educacional, baseada em princípios democráticos, científicos e humanistas. Elaborado por um grupo de 26 intelectuais e educadores — entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Cecília Meireles e Paschoal Lemme —, o documento criticava o modelo educacional vigente, marcado pelo elitismo, pela fragmentação e pela ausência de um projeto nacional de educação pública. Para Anísio Teixeira, o Manifesto expressava a necessidade de reconstruir a educação brasileira sob bases democráticas, considerando-a como direito de todos e função essencial do Estado. Ele defendia que a escola deveria ser pública, gratuita, obrigatória, laica e única, capaz de oferecer formação integral e preparar o indivíduo para a vida em sociedade. Na visão do autor, a educação era o instrumento central de modernização e de emancipação social, pois somente por meio dela seria possível superar as desigualdades históricas e consolidar a democracia no país (TEIXEIRA, 1957).

contribuindo para o debate sobre o papel social da escola e para a consolidação de uma educação pública orientada por princípios democráticos. Como observam Schueler e Magaldi (2009), esse movimento marcou o início de uma nova concepção de educação nacional, que passou a ser entendida como um direito social e um dever do Estado, rompendo gradualmente com a tradição elitista e excludente que caracterizou a formação do sistema educacional brasileiro.

Seguindo a necessidade de renovação em todo país, ao reformar o ensino em Minas Gerais, Francisco Campos, oriundo das classes burguesas, com a reforma que leva seu nome, tentou não demonstrar os interesses individuais das elites quando “agregou ao seu projeto um discurso que o Brasil fazia sobre si mesmo e se pôs numa posição de intelectual ocupado com a constituição da nação “(Oliveira, 2011). Criada no governo Vargas em 1930, buscava adequar a educação às nuances sociopolíticas e econômicas, para obter melhor controle social e manutenção das elites.

A relevante criação do INEP e as Reformas Capanemas tiveram importante papel no aspecto técnico-profissional ao decretarem entre outras, as criações do SENAI, SENAC em 1942 e 1946 respectivamente e implementarem oficialmente o Ensino Médio estruturado em dois ramos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos (Decreto-Lei nº 4.244/1942). Paralelamente criou o ensino secundário e os cursos técnicos; nesse caso, apenas o secundário permitia acesso ao nível superior, (Saviani, 2013, p.269- 270) demarcando diferenças fundamentais entre a elite e a classe trabalhadora que seguia a tendência às profissões demandadas pela crescente industrialização. Na prática, os cursos técnicos eram mais atrativos por facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

2.1.4 LDB de 1961 e o ensino médio tecnicista

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024/1961) reconheceu o ensino médio como etapa final da educação básica, mas ainda o chamava de ensino secundário. A LDB de 1961 procurou flexibilizar o sistema e integrar o ensino técnico, mas a desigualdade persistiu. Durante o regime militar, a Lei nº 5.692/1971 transformou o ensino médio em “segundo grau”, tornando obrigatória a formação profissional. Essa tentativa de tecnicização visava atender ao mercado de trabalho industrial, mas reduziu o foco humanista e aumentou as disparidades regionais e sociais. A LDB 4.024/61 afirma que o desenvolvimento individual, a formação profissional e o exercício da cidadania são três dimensões do mesmo processo de educação integral. O documento reconhece a articulação entre o ensino médio e o profissional. (Kleine, 2018, p.05), porém, ainda na concepção teórica. Esta reforma que vigoraria por mais de duas décadas, a Lei 5. 692 de 1971, de moldes

militares, visava à extirpação dos ânimos pós-revolucionários que abalavam as estruturas dominantes e definiu o ensino médio para duração de quatro anos; com ênfase na avaliação global do aluno, incluindo aspectos cognitivos e afetivos e a possibilidade de exames supletivos para aqueles que não pudessem frequentar aulas regulares. “A proposta desse modelo não se efetivou na prática, pois não havia recursos materiais, financeiros e humanos para que as escolas se transformassem em escolas técnicas.” (Kleine, 2018, p.06) Essa lei transformou a pedagogia tecnicista, de tendências produtivistas em pedagogia oficial. (Saviani, 2013, p.365).

2.1.5 Redemocratização e nova LDB (1996)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988³ e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996)⁴, o Ensino Médio passou a ser reconhecido como direito de todos e dever do Estado, consolidando-se como a etapa final da educação básica. Essa nova configuração legal estabeleceu como objetivos centrais a formação integral do estudante, a preparação para o exercício do trabalho e a continuidade dos estudos, reafirmando o compromisso do Estado com uma educação pública de qualidade.

O currículo do Ensino Médio passou a contemplar tanto a formação geral quanto a formação profissional, promovendo o fortalecimento do debate sobre currículo integrado, interdisciplinaridade e contextualização dos saberes. Tais mudanças refletiram um avanço na concepção de educação como prática social comprometida com o desenvolvimento humano e com a inserção cidadã dos jovens na sociedade contemporânea.

A Constituição Federal de 1988 representa, portanto, um marco histórico e jurídico na consolidação da educação como direito social fundamental, conforme disposto no Capítulo II, artigo 6º, que a inclui entre os direitos sociais, ao lado da saúde, do trabalho e da cultura. No Capítulo III, Seção I, artigo 206, o texto constitucional estabelece os princípios que regem o ensino, dentre os quais se destacam o padrão de qualidade, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988).⁵

A LDB 9.394 criada em um contexto de política social do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996, “tem como eixo estruturante a oferta de uma formação geral e polivalente que propicie a aquisição de competências básicas para preparação

³ Portal do Planalto — Constituição da República Federativa do Brasil (versão oficial):

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

⁴ LDB/9394/1996 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

para a vida” (Kleine, 2018, p. 11). Essa formação polivalente tende à oferta de eixo comum aliada ao ensino de áreas ou subáreas pensadas para o ensino médio.

2.1.6 Reformas contemporâneas e o Novo Ensino Médio

No século XXI, novas políticas buscaram modernizar e flexibilizar o Ensino Médio, mas também geraram controvérsias. A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) introduziu os itinerários formativos e ampliou a carga horária mínima, com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo declarado era tornar o ensino mais atrativo e conectado às realidades dos jovens; contudo, críticos apontam que a reforma aprofundou desigualdades, por falta de estrutura e formação docente adequada. Em 2024, o Governo Federal anunciou ajustes no Novo Ensino Médio, após ampla repercussão pública, buscando readequar o modelo às críticas da comunidade escolar. Em vigor atualmente, (com modificações pela lei 14.945 /24, no artigo 35), nela são inseridos os itinerários formativos, que são um conjunto de diversas disciplinas, cujos planos de aula, já sugeridos pela SEE- MG são repetitivos e sem propedêutica, tornando a disciplina de temas subjetivos, inócuos na prática. Esta lei trouxe avanços se consideradas a garantia de acesso à escola e a previsão de valorização das realidades diversas (ao menos, teoricamente) e preocupação com o mercado de trabalho, todavia, não previu, eficientemente, estratégias para lidar com a complexidade que envolve a educação nessa etapa de ensino, não obstante, os atuais exames, Enem e as avaliações do Saeb, trazerem uma gama de diversidade temática. As finalidades de aprimoramento da pessoa humana e desenvolvimento de autonomia intelectual e pensamento crítico, previstas no mesmo artigo desta lei, inciso III, não são atendidas como esperadas, pois os resultados do Ideb demonstram índices baixos de desempenho nas principais disciplinas do núcleo comum. Tentativa de apropriação das noções de habilidades e competências pela reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 e conhecida como Novo Ensino Médio- NEM, resultou em alterações curriculares com o objetivo declarado de ampliar as perspectivas escolares dos estudantes nos anos finais da Educação Básica. No entanto, a reforma, amplamente criticada pela comunidade escolar, que não foi consultada para sua implementação, foi parcialmente revogada pela Lei nº 14.945/2024. Essa revogação evidencia as fragilidades na formulação e implementação das políticas públicas educacionais no país.

2.2 REALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADÉ

2.2.1 Fundação da Escola

A pesquisa feita com alunos de 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Minas Gerais, localizada em zona urbana do município de João Monlevade, estado Minas Gerais, em 2024 e 2025, ocorreu em meio às mudanças no Ensino Médio.

A Escola Estadual Alberto Pereira Lima foi criada em 05 de março de 1965, quando foi criada a Escola Particular Anexa ao Colégio Kennedy. Em 16 de outubro do mesmo ano, passa a pertencer à rede estadual de ensino, passando a denominar-se Escola Estadual Anexa ao Colégio Kennedy, continuando a funcionar no mesmo local, cedido ao estado. No fim do ano 1983, o Colégio Kennedy não renovou a cessão das salas para o ano seguinte e em fevereiro de 1984, a Escola Anexa ao Colégio Kennedy teve suas atividades paralisadas.

A escola reiniciou suas atividades em 21 de fevereiro de 1985 em prédio próprio, à Avenida Armando Fajardo, s/nº e a mudança de prédio foi autorizada pela Portaria nº1123/85, publicada no Diário Oficial/ MG, em 12/12/85, pág. 07, col. 01. Em 05/11/1985, mudou-se a classificação tipológica da Escola para 1.2.0A, considerando o funcionamento do pré-escolar. Por ato do Decreto nº25258, de 11/12/85, publicado no DO/ MG 12/12/85, página 07, col. 01, a escola passa a denominar-se Escola Estadual Alberto Pereira Lima e a tipologia foi alterada para R025b3, publicado no MG 21/08/2001. No início do ano letivo de 2000, implantou-se o Ensino Médio sendo publicado no MG 08/04/2000. Por meio do processo nº28462, do Conselho Estadual de Educação, que respondeu favoravelmente à carta-consulta formulada pela SEE- MG, relativo à implantação do Ensino Médio em Escolas Estaduais de Minas Gerais, a Escola Estadual Alberto Pereira Lima de João Monlevade está incluída.⁶

2.2.2 Realidade atual da Escola Estadual Alberto Pereira Lima

A pesquisa aconteceu com alunos de 2º ano do Ensino Médio, onde, atualmente, estudam 635 alunos das duas modalidades: Ensino Fundamental – anos finais, Ensino Médio Regular, em um total de 20 turmas. Elas são compostas em média, por 27 a 35 alunos por sala sendo 99,7% de alunos oriundos da zona urbana e 0,28% da zona

⁶ Regimento Interno da EE Salberto Pereira Lima. p. 04-06

rural; 75% utiliza o transporte escolar. O nível socioeconômico da população atendida pela escola é considerado classe média e classe média baixa. Esse índice é calculado a partir dos questionários contextuais respondidos anualmente pela escola. Sobre as expectativas de futuro, a média de 70% dos estudantes acredita valer a pena estudar, 80% acha que irá concluir a educação básica e 80% acredita que será absorvida pelo mercado de trabalho. Os alunos oriundos da zona rural têm as preferências ligadas aos cursos técnicos como complementos à educação regular e acesso ao ensino superior. Com relação à infrequência e evasão, ambas são maiores no 1º ano do Ensino Médio; no 2º e 3º anos o índice de evasão é menor, mas a frequência oscila bastante devido à rotina de cursos extras-classes, em outras instituições, emprego e outros fatores da vida social do educando (como mães-adolescentes); que interferem na assiduidade.⁷

Os alunos expressam o objetivo de adquirir formações rápidas ou profissões que não dependam da escola formal: barbeiros, vendedores e entregadores, tanto de produtos feitos localmente quanto compras da internet, profissões que alguns já desempenham.

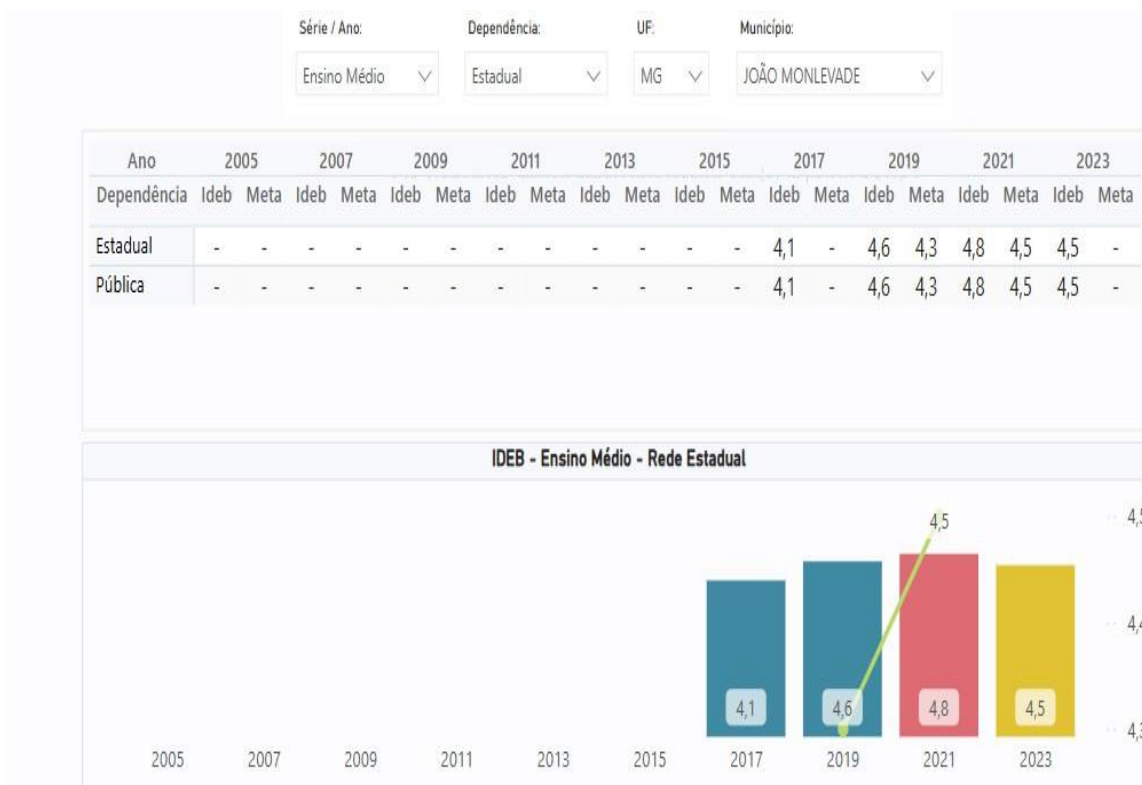
O dilema da infrequência na escola agravou-se com o aumento do tempo de aula que passou de 05 para 06 aulas diárias, uma sobrecarga para alunos e professores, com as reformas no Ensino Médio de 2017 e 2024. As reformas visam uma “educação mais adaptada às necessidades e desafios do século XXI”, (Sampaio; Silva, 2024), mas traz um currículo extenso com disciplinas desconectadas da realidade factual, já que não há propedêutica clara dos objetivos de ensino, nas novas disciplinas acrescidas ao Currículo. Nesse contexto de reformas, a escola envolvida na pesquisa atende uma população com características de vulnerabilidade que se insere em um contexto de exigências tecnológicas não atendidas de forma eficaz pelo sistema escolar, refletindo então, tanto nos resultados, da média do Ideb do estado, como nos resultados do Brasil.

Os resultados do Ideb no município, retirados do Saeb, sempre realizados em anos ímpares, demonstram aumento dos índices entre 2019 e 2021, ou seja, 4,6 (acima da meta 4,3) e 4,8 respectivamente, o que se justifica pela flexibilidade dos critérios de avaliação durante a pandemia de Covid- Sars, entretanto, o resultado decresce em 2023.

7 PPP- Projeto político-pedagógico da EE Alberto P. Lima

A figura 01 mostra que os resultados do Ideb em 2019, na rede pública estadual no município de João Monlevade apresentam resultados acima daquele apresentado em 2017, em função da pandemia, que mudou drasticamente os critérios de avaliação considerando-os apenas na superfície e refletindo também nos resultados de 2021, com valores acima da meta esperada. Esses índices estão abaixo da meta esperada para o estado de Minas Gerais (se considerada a o resultado geral) com a média, 4,2, apresentada abaixo da meta 5,3, conforme explicita a figura 02.

Figura 1 Resultados Ideb da rede estadual do município João Monlevade- Minas Gerais



Fonte: INEP- Sistema Ideb

A despeito desse panorama, os alunos envolvem-se nas atividades feitas em parceria com as universidades da cidade, tais como monitorias, oficinas e palestras, nas quais, professores e especialistas mobilizam ações para participação efetiva com temas de relevância, que incluem usos da tecnologia. Os desafios são identificados, porém, as possibilidades que se apresentam não são suficientes para corresponder aos anseios e necessidades da escola.

2.2.3 CARACTERÍSTICAS DO ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE

O Ensino Médio somente passou a integrar a Educação Básica, mesmo para aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria, com a alteração na Constituição Brasileira por meio da Emenda Constitucional número 59/2009, que deu nova redação a seu artigo 208. Em 2013, a obrigatoriedade e a gratuidade foram incluídas na LDB, Lei 9.394 /96, por meio de lei complementar 12.796/2013. (Site do Senado federal)

Sabendo que “a pedagogia é uma teoria que se estrutura em função da ação, em razão de estruturas práticas, interessadas na execução da ação e nos seus resultados”, (Saviani, 2013, p. 07) a função da escola é antes de tudo, conscientizar da ação social, de inserção aos mecanismos que favorecem sua evolução nos aspectos sociopolíticos e econômicos. E o público do ensino médio compõe-se de adolescentes e jovens caracterizados como “ uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (Parecer CNE/CEB nº 5/2011)

Historicamente, os detentores do poder, de forma invasiva e hegemônica, “uniam a escolarização ao resultado prático: na educação jesuíta, pelo ajuste de ideias educacionais nas condições específicas da colônia brasileira incorporada pelo império português’. (Saviani, 2013).

Buscando adaptação à contemporaneidade, as reformas atuais denotam que os novos paradigmas educacionais aliados ao exercício da cidadania é quase letra vazia no cenário do Brasil, onde prevalecem “ a dificuldade de acesso e permanência, a pouca qualidade do ensino oferecido com resultados de desempenho muito abaixo do esperado e a falta de identidade e objetivos claros para a escolarização deste nível de ensino” (Mesquita; Lelis, 2015).

Apenas em 2013 passou a ser dever do Estado ofertar o acesso público e gratuito a essa etapa educacional, com alteração por meio da EC Nº 59/2009 no art. 18 da Constituição Federal. (Kleine, 2018, p. 3), mas, na realidade da organização prática do currículo, muitas escolas, (incluindo a que foi objeto da pesquisa) não acompanham as inovações tecnológicas e sociais nas atividades escolares, mormente quando envolvem prescindem de aspectos de infraestrutura: equipamentos quebrados, internet escassa; além de professores desmotivados, (os chamados neologismos: *rustout*, *boreout* e *burnout*) nomeados pelas *hypes*.

As recentes reformas no Ensino Médio acalentam uma objetividade em seu escopo teórico que não se concretizou na prática. Comumente, o discurso ouvido no ambiente escolar, (de alunos e professores!) “Projeto de vida não se ensina!”, “como vou pensar em guardar dinheiro para a aposentadoria se nem terei direito mais, à aposentadoria?” , nas aulas de matemática financeira, além da negação ao pensamento crítico e a possibilidade de não vivê-lo, de fato. Com efeito, esse surgimento do Novo Ensino Médio, organizado em unidades curriculares: implantado nas escolas de Minas Gerais a partir de 2022 instiga reflexões de toda a comunidade escolar, preocupada com os rumos dos envolvidos nessa etapa de ensino. Alunos, professores e equipe pedagógica que lidam ativamente com as demandas enfrentadas no ambiente escolar receberam as novas disciplinas sem formação continuada sistemática. A respeito da falada “escolha das disciplinas pelas escolas”, indicando um *ethos* democrático por parte da secretaria nas mídias institucionais e documentos do estado e expressa no artigo 36, inciso V parágrafo 2º-D: Os sistemas de ensino apoiarão as escolas para a realização de programas e de projetos destinados à orientação dos estudantes no processo de escolha dos itinerários formativos. - Na verdade, não houve escolha por parte dos alunos, pois, várias disciplinas cogitadas, que requerem instrumentação da escola para serem estudadas, como música ou teatro foram desconsideradas da grade escolar no estado mineiro, por falta de recursos materiais e tecnológicos. Essa falta de autonomia da escola pública, revela-se nas ações presentes no universo escolar ao “vincular as múltiplas ferramentas de avaliação, atividades prescritas, em função de princípios metodológicos, psicológicos ou mesmo emancipatórios fundada em orientações neoliberais” (Duarte, 2018, p.18).

Como garantir a possibilidade de aquisição de competências e habilidades aos alunos, se as escolas públicas brasileiras não possuem estrutura física adequada e autonomia pedagógica para organizar o ensino considerando as novas tecnologias? Como ensinar/desenvolver elementos tão *sui generis como* habilidades e competências?

Os ideais pedagógicos, de imagem de sociedade conectada, difundem um ambiente propício à aprendizagem, mas, a inoperância demonstrada por alunos conectados de forma aleatória e desordenada (quando há algum acesso tecnológico); levam a um acompanhamento docente impraticável, dadas as condições de trabalho, demonstradas, por exemplo, na quantidade de alunos por sala. As tentativas de responder às dúvidas dos alunos e obter o acesso à rede virtual, pois, frequentemente o sinal está deficiente, ferem quaisquer ideários de qualidade e de dignidade que mobilizam os 10 princípios da Bncc – valorização do conhecimento histórico construído; abordagem investigativa; autonomia; fruição das atividades artístico-culturais, empatia e acolhimento; autoconhecimento; utilização das diferentes linguagens; argumentações com consciência ambiental e que respeitem os direitos humanos; exercício da cidadania e diversidade e compreensão e utilização das tecnologias digitais de forma crítica – (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).

Os alunos acabam consumindo conteúdos de forma livre e sem objetivos escolares, em uma miríade de conteúdos e alternativas que se apresentam do outro lado da tela, representando a realidade e não sendo a realidade, transmitindo a ideia de mundo empoderado, que na visão do jovem é um mundo de possibilidades que a escola não consegue transmitir. Nesse sentido, embora, a sanção da lei 15.100/2025 tenha alterado a frequência da utilização dos aparelhos eletrônicos no ambiente escolar, aumentou a carga de trabalho docente, por não propor medidas claras à não observância ou descumprimento dessa lei, mudando pouco o tratamento dado ao aluno, que ao ser advertido por descumpri-la, retorna ao antigo comportamento.

Na escola da pesquisa, o uso dos celulares e computadores nas salas de aula são uma ferramenta ineficaz, pois, há alunos que não possuem o aparelho e a qualidade da internet é falha, comprometendo a didática. Devido a isso, os que conseguem acesso não seguem as propostas orientadas e, por vezes, tumultuam a organização prévia das aulas que passam a exigir mudanças pedagógicas que dependem de novas ferramentas, nem sempre acessíveis no ambiente em questão. Então, o auxílio da tríade, escola- família-MP que atende escassamente à grande demanda imposta pelos desafios atuais, não oferece outra alternativa ao professor, que precisa administrar os conflitos advindos de situações díspares e pautar o ensino propriamente dito para o segundo plano.

Essa imersão no mundo virtual foi potencializada pela pandemia de Sars-Covid, que possibilitou a interação virtual, mas, no pós-pandemia, dificultou o ensino, modificando os índices para resultados inferiores, pois as formas de avaliar eram fragmentadas e algumas estavam sendo experimentadas naquele momento. Junte-se a esse cenário, a resistência de aceitação do que a escola veicula, pois, aprendizagem é mais que “uma representação

mental, esta não é o ponto de partida do conhecimento, e sim o ponto de chegada, o término de um complexo processo de constituição e reconstituição do sentido do objeto da nossa experiência externa e interna “(Severino, 2013, p.20)

Parte do fracasso das últimas reformas reside no Currículo, “compreendido em uma perspectiva restritiva de caráter técnico e prescritivo. Com novas disciplinas inseridas na grade curricular, após a reforma do Ensino médio, em 201; que não garantem a qualidade curricular. Falar em currículo implica em considerar para além disso, as dimensões de poder e de disputa por hegemonia”. (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023, p. 04), expressas nas burocracias que cercam a escola pública. Exemplo disso, o “Programa trilhas do futuro”, lançado em 2021, atualmente, conta com 267 instituições privadas credenciadas em Minas Gerais, com estrutura diferente das escolas públicas, onde também funcionam cursos técnicos, concomitantes ao ensino médio, Res. 5.177 de 15/07/2025.

O currículo prescindindo do real, significativo e correspondente ao que é exigido nas avaliações externas e exames que medem sua qualidade é o anseio. “ A divisão da carga horária entre formação básica e Itinerários formativos de três mil horas impôs um limite de 1.800 horas para a formação básica comum e 1.200 horas para diversificação curricular” (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023, p.08). Esse quantitativo não define parâmetros e aportes pedagógicos que garantam cumprimento das metas previstas no PNE.

Os últimos resultados apresentados pelo Ideb - indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), e dados do Censo Escolar, criado pelo Decreto 6.094/2007 – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5ª e 9ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio), com informações sobre rendimento escolar (aprovação) – mostram que a proficiência média, em Minas Gerais no Ideb 2019, no Ensino médio teve o índice de 4,22 dentro da média nacional, um pouco acima da média do país que é 4,0. Essas notas são ajustadas para uma escala padronizada de 0 a 10, permitindo comparações entre diferentes escolas e regiões; o índice dos países desenvolvidos é 6,0. A média nacional apresenta-se ainda abaixo do esperado (SEE - MG).

Os resultados das avaliações externas do Ideb, entre 2005 e 2019, conforme figura 2, mostram que na região Sudeste, onde se localiza a escola pesquisada, o resultado do Ideb em Minas Gerais, apresenta-se abaixo aos dos estados de São Paulo e Espírito Santo, contariando as expectativas do currículo referência de Minas Gerais. O estado do Rio de Janeiro apresenta resultado menor nessa região. Em suma, a figura indica que o estado brasileiro com melhor desempenho foi o Espírito Santo, na região abrangida pela pesquisa.

Figura 2 Resultados Ideb do Ensino médio nos estados brasileiros

TABELA 22
IDEB – ENSINO MÉDIO – TOTAL

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	IDEB – TOTAL										
	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015	IDEB 2017	INDICADOR DE RENDIMENTO 2019 (P)	NOTA MÉDIA PADRONIZADA (N) 2019	IDEB 2019	META IDEB
Brasil	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8	0,87	4,79	4,2	5,0
Norte	2,9	2,9	3,3	3,2	3,1	3,3	3,3	0,85	4,24	3,6	4,5
Rondônia ⁽¹⁾⁽²⁾	3,2	3,2	3,7	3,7	3,6	3,6	4,0	0,89	4,77	4,3	4,8
Acre ⁽¹⁾⁽²⁾	3,2	3,5	3,5	3,4	3,4	3,6	3,8	0,86	4,56	3,9	4,8
Amazonas ⁽¹⁾⁽²⁾	2,4	2,9	3,3	3,5	3,2	3,7	3,5	0,87	4,10	3,6	4,0
Roraima ⁽¹⁾⁽²⁾	3,5	3,5	3,4	3,6	3,4	3,6	3,5	0,88	4,43	3,9	5,1
Pará ⁽¹⁾⁽²⁾	2,8	2,7	3,1	2,8	2,9	3,1	3,1	0,82	4,16	3,4	4,4
Amapá ⁽¹⁾⁽²⁾	2,9	2,8	3,1	3,1	3,0	3,3	3,2	0,82	4,17	3,4	4,5
Tocantins ⁽¹⁾⁽²⁾	3,1	3,2	3,4	3,6	3,3	3,4	3,8	0,90	4,46	4,0	4,7
Nordeste	3,0	3,1	3,3	3,3	3,3	3,4	3,5	0,86	4,49	3,9	4,6
Maranhão ⁽²⁾	2,7	3,0	3,2	3,1	3,0	3,3	3,5	0,92	4,14	3,8	4,3
Piauí ⁽²⁾	2,9	2,9	3,0	3,2	3,3	3,4	3,6	0,88	4,60	4,0	4,5
Ceará ⁽²⁾	3,3	3,4	3,6	3,7	3,6	3,7	4,1	0,95	4,65	4,4	4,9
R. G. do Norte ⁽²⁾	2,9	2,9	3,1	3,1	3,1	3,2	3,2	0,81	4,35	3,5	4,5
Paraíba ⁽²⁾	3,0	3,2	3,4	3,3	3,3	3,4	3,5	0,86	4,68	4,0	4,6
Pernambuco ⁽²⁾	3,0	3,0	3,3	3,4	3,8	4,0	4,1	0,93	4,87	4,5	4,6
Alagoas ⁽²⁾	3,0	2,9	3,1	2,9	3,0	3,1	3,5	0,87	4,41	3,9	4,6
Sergipe ⁽²⁾	3,3	2,9	3,2	3,2	3,2	3,2	3,7	0,82	4,59	3,7	4,9
Bahia ⁽²⁾	2,9	3,0	3,3	3,2	3,0	3,1	3,0	0,80	4,31	3,5	4,5
Sudeste	3,6	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	4,0	0,89	4,96	4,4	5,2
Minas Gerais ⁽²⁾	3,8	3,8	3,9	3,9	3,8	3,7	3,9	0,85	4,98	4,2	5,3
Espírito Santo ⁽²⁾	3,8	3,6	3,8	3,6	3,8	4,0	4,4	0,91	5,27	4,8	5,3
Rio de Janeiro ⁽²⁾	3,3	3,2	3,3	3,7	4,0	4,0	3,9	0,84	4,84	4,1	4,9
São Paulo ⁽²⁾	3,6	3,9	3,9	4,1	4,1	4,2	4,2	0,94	4,97	4,6	5,2
Sul	3,7	3,9	4,1	4,0	3,9	3,8	3,9	0,86	5,11	4,4	5,3
Paraná ⁽²⁾	3,6	4,0	4,2	4,0	3,8	3,9	4,0	0,91	5,16	4,7	5,2
Santa Catarina ⁽²⁾	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8	4,1	0,83	5,01	4,2	5,4
R. G. do Sul ⁽²⁾	3,7	3,7	3,9	3,7	3,9	3,6	3,7	0,82	5,12	4,2	5,3
Centro-Oeste	3,3	3,4	3,5	3,6	3,6	3,7	4,0	0,88	5,01	4,4	4,9
M. G. do Sul ⁽²⁾	3,3	3,8	3,8	3,8	3,6	3,7	3,8	0,86	4,96	4,2	4,8
Mato Grosso ⁽²⁾	3,1	3,2	3,2	3,3	3,0	3,2	3,5	0,79	4,57	3,6	4,7
Goiás ⁽²⁾	3,2	3,1	3,4	3,8	4,0	3,9	4,3	0,93	5,14	4,8	4,8
Distrito Federal ⁽²⁾	3,6	4,0	3,8	3,8	4,0	4,0	4,1	0,87	5,23	4,5	5,2

Fonte: Elaborada por Densidade com base nos dados do Censo Escolar e Saeb.

Notas: (1) Médias do Saeb 2009 e do Ideb 2009 calculadas sem as escolas privadas.

(2) Médias do Saeb 2011 e do Ideb 2011 calculadas sem as escolas federais.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep

A partir da edição de 2017, o Saeb passou a ser aplicado a todas as escolas públicas e, assim, pela primeira vez, o INEP passou a calcular o Ideb com avaliação censitária para a 3ª série do ensino médio, assim, não só as escolas públicas, mas também as privadas passaram a ter resultados no Saeb (Inep).

Os resultados expressos nos índices demonstram a falta de equivalência entre o currículo e o apreendido no cotidiano das escolas; sem consonância com as rápidas transformações tecnológicas, o papel do ensino médio das escolas públicas tornou-se um emaranhado de disciplinas que trazem títulos relevantes, não obstante o aluno não receba formação integral. Ademais, muitos alunos, matriculados no ensino médio regular, estudam concomitantemente em escolas técnicas como via de acesso ao mercado de trabalho, ou seja, o Novo Ensino médio é insuficiente na formação integral e preparação para o mundo do trabalho conforme apregoa o parágrafo 2º, do artigo 35- B, da Lei 14.945/24.

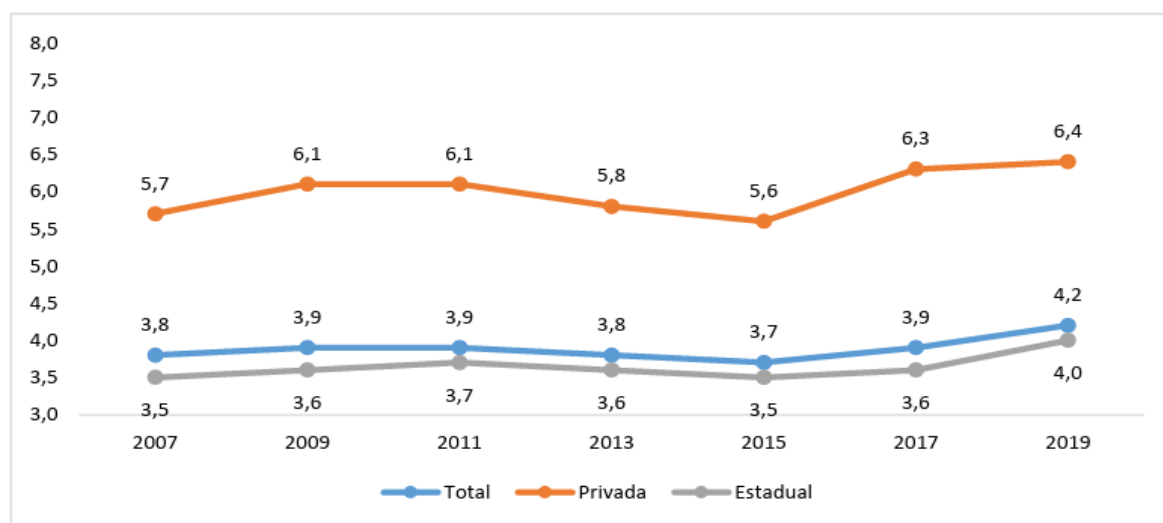
Sem ampla discussão com a comunidade escolar, as reformas mudaram as concepções otimistas da escola, mostrando uma tendência à diminuição de investimento público aliada aos diferentes tipos de avaliação para as escolas, “condicionando a distribuição de verbas e recursos com os critérios de eficiência e produtividade” (Saviani, 2013, p. 439) O ideal de escola deve aproximar as comunidades das decisões que as modificam em coparticipação .

É preciso um poder que desestabilize as capacidades de explicar e, pela proposição de novas regras para o jogo de linguagem científico. A pedagogia “estruturada de modo flexível”, o uso de novas tecnologias, o amplo “cardápio” oferecido aos estudantes e o hábito do “controle contínuo” são pensados como uma propedêutica para a “gestão de cenário de incertezas” que o jovem trabalhador vai encontrar ao concluir os estudos. (Laval, 2019, p. 41)

O suposto potencial de transformação da escola média e como poderá afetar o grave problema da desigualdade educacional e social se embasa em novas formas de gestão [...] que se caracteriza por uma forte desregulamentação, novas formas de controle e incorporação do setor privado no serviço público. (Silva; Krawczyk; Calçada, 2023).

A educação ainda não ocupa as principais políticas públicas, como elemento vital de desenvolvimento social, como ocorre nas experiências de sucesso, de alguns países.

Figura 3 Evolução do índice de Desenvolvimento da educação Básica do ensino médio por rede de ensino, 2007 a 2019



Fonte: MEC/Inep.

Fonte: Fundação João Pinheiro-MG

O gráfico da figura 3, revela que entre os anos de 2007 a 2019 os resultados da rede estadual mineira foi menor que o total do Ideb no estado, considerando a rede privada nessa análise, mostrando a disparidade entre escolas públicas e privadas. Dessa forma, a rede privada apresentou resultado superior, similar aos países desenvolvidos, cuja média é 6.

A Lei 14. 945/24 inclui conteúdos chamados itinerários formativos, mas o CBC e os planos de aula, não esclarecem os conteúdos relevantes, nem tampouco estratégias de avaliação ou possibilidades extracurriculares.

Figura 4 Organização das Competências das aulas do projeto de Vida do 1º bimestre

1º Bimestre Letivo

ORGANIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DAS AULAS DE PROJETO DE VIDA - 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Núcleo Formativo	Dimensão	Competência Geral BNCC	Habilidades Cognitivas Objetivo Cognitivo	Habilidades Socioemocionais	Ética/Moral/Valores	Objetivos Específicos	Aula
Juventudes e mundo do trabalho	Dimensão Pessoal. Dimensão Cidadã. Dimensão Profissional	1 - Conhecimento. 4 - Comunicação. 6 - Trabalho e Projeto de Vida. 8 - Autoconhecimento e Autocuidado.	(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. (EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.	Curiosidade para aprender Respeito Responsabilidade Iniciativa Social Empatia Determinação Organização Foco Persistência Responsabilidade Assertividade Tolerância à frustração Tolerância ao estresse Autoconfiança	Criatividade Curiosidade Amor ao Aprendizado Mente Aberta Perspectiva Inteligência Emocional Trabalho em Equipe Humildade Autocontrole Perseverança Esperança Humor	<ul style="list-style-type: none"> Recordar os aprendizados vivenciados nos 1º e 2º anos quanto a elaboração do Projeto de Vida; Discutir sobre possibilidades de caminhos para o Projeto de Vida, considerando a inserção da dimensão profissional; Analisar a conexão entre as dimensões Pessoal, Cidadã e Profissional. 	Aula 1: Projeto de Vida: Conexões Eu, Outro, Nós
	Dimensão Pessoal. Dimensão Cidadã. Dimensão Profissional	1 - Conhecimento. 4 - Comunicação. 6 - Trabalho e Projeto de Vida. 8 - Autoconhecimento e Autocuidado.	(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. (EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre	Curiosidade para aprender Respeito Responsabilidade Iniciativa Social Empatia Determinação Organização Foco Persistência Responsabilidade Assertividade Tolerância à frustração	Criatividade Curiosidade Amor ao Aprendizado Mente aberta Perspectiva Humildade Perseverança Humor	<ul style="list-style-type: none"> Dialogar sobre decisões, escolhas e possibilidades de caminhos; Aplicar o conhecimento adquirido nos anos anteriores e autoconhecimento; Reconhecer características pessoais, pontos fortes 	Aula 2: Marca pessoal: meu destaque por onde vou

Fonte: CRMG, 2023

As figuras 4 e 5 mostram o quadro de competências e habilidades dos 1º e 2º bimestres que devem ser seguidas nas escolas de Minas Gerais; incluem no mesmo rol as dimensões pessoal, social e profissional, com o objetivo entre outros “se” questionar, (ao invés de “questionar-se”, erro comum do uso de pronome oblíquo no início da frase,

próprio da linguagem informal), ao invés de orientar categorias específicas e relevantes para cada dimensão, ou temas que levam à criticidade deles, propondo questionamentos que levam às verdadeiras mudanças e às estratégias que poderiam potencializar o aprendizado. Trazem conteúdos repetitivos, na verdade não definem “conteúdos” e sim, “núcleos formativos” exigindo que os professores despendam maior tempo que o habitual para planejarem aulas dessa parte formativa, sem propedêutica clara e sem aporte tecnológico para todos os alunos na realidade da educação pública, conforme Res. Estadual nº 4.777 de 19 de setembro de 2022 (Figuras 4 e 5).

Aplicar os mesmos processos nas escolas, considerando fatores idade/série/nível escolar, mas, não levar em conta as peculiaridades regionais, sociais e culturais fazem aumentar as lacunas na educação básica e impedem que boa parte dos alunos ao contrário do que pensam, nem façam parte da população economicamente ativa (PEA); uma *pedagogia da exclusão* (Saviani, 2013). Ademais, os temas sugeridos pelo currículo referência do estado, abordam superficialmente os aspectos sócioemocionais, de forma vaga, sobre tolerância, conexão emocional etc., sem levar em conta as atuais demandas dos jovens, mormente aqueles já inseridos no mercado de trabalho. Temas vagos e sem atrativos constituem verdadeiros paradoxos à preparação para os conteúdos cobrados no Enem, por exemplo.

Os materiais oferecidos, no Novo ensino médio, feitos por empresas editoriais sem a participação dos envolvidos na prática escolar, são insuficientes, redundantes e sem correspondentes práticos como sugestões de sites, instrumentação e materiais pedagógicos que incentivem a criticidade, bem como formação continuada para os docentes que atuam com as novas disciplinas. A figura 5 mostra as habilidades ligadas aos temas socioemocionais, da disciplina “Projeto de vida”, da área de Ciências humanas e sociais aplicadas: sem as especificidades necessárias exigidas pelo mercado de trabalho, o educando recebe aulas que são “arranjos” feitos por professores que não receberam formação para essa disciplina, que deveria descobrir, desenvolver e aplicar atividades preparatórias profissionais, conforme apregoa o artigo 35 da lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996, alterado pela lei 13.415/2017 .

Figura 5 Organização das Competências das aulas do projeto de Vida do 2º bimestre

2º Bimestre Letivo

ORGANIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DAS AULAS DE PROJETO DE VIDA - 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Núcleo Formativo	Dimensão	Competência Geral BNCC	Habilidades Cognitivas Objetivo Cognitivo	Habilidades Socioemocionais	Ética/Moral/Valores	Objetivos Específicos	Aula
Que profissional deseja ser?	Dimensão Pessoal. Dimensão Cidadã. Dimensão Profissional	1 - Conhecimento. 3 - Repertório Cultural. 4 - Comunicação. 6 - Trabalho e Projeto de Vida. 8 - Autoconhecimento e autocuidado.	(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. (EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.	Curiosidade para aprender Respeito Responsabilidade Interesse artístico Iniciativa social Empatia Determinação Organização Foco Persistência Assertividade Tolerância à frustração Tolerância ao estresse Autoconfiança	Criatividade Curiosidade Amor ao aprendizado Mente aberta Perspectiva Trabalho em equipe Humildade Autocontrole Perseverança Esperança Humor	<ul style="list-style-type: none"> Entender o que é IKIGAI Reconhecer seu IKIGAI Discutir sobre o oceano de possibilidades e vagas a sua frente Entender empreendedorismo e inovação Analisar a conexão entre IKIGAI, as possibilidades, o empreendedorismo e a inovação. 	Aula 9: Um oceano de possibilidades...
	Dimensão Pessoal. Dimensão Cidadã. Dimensão Profissional	1 - Conhecimento. 4 - Comunicação. 6 - Trabalho e Projeto de Vida. 7 - Argumentação. 8 - Autoconhecimento e autocuidado.	(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.	Curiosidade para aprender Respeito Responsabilidade Iniciativa social Empatia Determinação Organização Foco Persistência Assertividade	Curiosidade Amor ao aprendizado Mente aberta Perspectiva Trabalho em Equipe Humildade Prudência Autocontrole Perseverança	<ul style="list-style-type: none"> Refletir e dialogar sobre o ingresso no ensino superior Se questionar sobre o mercado de trabalho e as profissões do futuro. Refletir sobre os passos para realizar exames de seleção. 	Aula 10: Pós médio: refletindo sobre o ENEM

O sistemático controle estatal das escolas públicas inviabilizam o pensamento crítico e heterogêneo que atendam aos requisitos do mercado atual; os planos de aula do projeto de vida compõe-se de temáticas amplas, acríticas, sem direcionamento bibliográfico e correspondente prático, como demonstrado nas figuras 4 e 5, objetivando a aprendizagem através de grade uniforme, com competências e habilidades abstratas para todas as 853 escolas do estado, sem considerar as peculiaridades das regiões.

Propor estratégias que ampliem as discussões sobre práticas pedagógicas aliadas à tecnologia na educação básica, voltadas à redução das desigualdades e à promoção da equidade, constitui um passo essencial para assegurar a qualidade do ensino nas concepções contemporâneas de organização curricular escolar da ensino básico. A busca por equidade demanda não apenas revisões legais e estruturais, mas também mudanças culturais e pedagógicas que envolvam toda a comunidade educacional e considerem a pluralidade de contextos, saberes e experiências dos sujeitos que compõem a escola. As reformas educacionais exigem, como destaca Kleine (2018, p. 11), “alterações complexas, que não ocasionam mudanças imediatas”; mas, formação de professores e equipe envolvida, o que reforça a necessidade de um processo contínuo de reflexão e formação dos profissionais da educação. Essas transformações devem ser compreendidas como processos históricos que requerem tempo, diálogo e compromisso ético com a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Ao longo das últimas décadas, as mudanças no Ensino Médio brasileiro têm evidenciado a urgência de repensar sua estrutura e seus propósitos, de modo a evitar a reprodução de práticas sociais excludentes e promover uma educação voltada à inclusão e à emancipação social. Nesse sentido, Libâneo (2012) afirma que a escola deve ser entendida como espaço de produção e socialização do conhecimento, orientado por princípios de justiça social e pela valorização dos sujeitos historicamente marginalizados. Para Saviani (2008), a equidade educacional só se concretiza quando a escola assegura igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso escolar, superando o caráter meramente compensatório das políticas públicas. Assim, discutir equidade e qualidade na educação implica compreender o currículo como expressão de um projeto político-pedagógico comprometido com a transformação social; a construção de uma escola democrática, justa e inclusiva passa pela valorização da diversidade, formação docente crítica e consolidação de práticas pedagógicas que efetivamente contribuam para a superação das desigualdades educacionais.

3 TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUA MEDIAÇÃO

O processo de ensino aprendizagem mediado pelas novas tecnologias, mais que as mídias apregoam, requerem reflexões e mudanças profundas se há pretensão de mudar o cenário pessimista na qualidade educacional.

O objetivo desse capítulo é compreender como as tecnologias influenciam a aprendizagem e fomentar o debate crítico para a utilização ética e consciente das ferramentas digitais.

“Tecnologias que trazem embutidas não apenas as funções manuais, mas também as intelectuais, requerem- contrariamente à falsa ideia da substituição simplista do homem pela máquina- maior presença e competência das pessoas para exercerem funções de auto- regulação” (Mello,1991, p.02)

A utilização das novas concepções metodológicas: protagonismo juvenil, cultura *maker*, sala de aula invertida, entre outras, com relação ao processo de ensino-aprendizagem, têm exigido formas mais elaboradas de estratégias e planejamentos nas práticas pedagógicas, com a inserção de novas tecnologias, o que demanda preparação prévia e formação docente eficaz.

Atualmente não há como escapar dos impactos dos avanços tecnológicos, é preciso que a sociedade como um todo - e não apenas um grupo privilegiado que tem acesso aos bens e serviços que as novas tecnologias tornaram disponíveis - seja preparada para incorporar de modo adequado os instrumentos tecnológicos. (Mello,1991, p. 03)

Somam-se a isso, a infraestrutura das escolas públicas e alunos dispostos a participarem do processo educacional propriamente dito. As compras de equipamentos tecnológicos são morosas, dependem da burocrática máquina estatal e mesmo quando efetivadas, não são suficientes para acesso dos alunos, que dependem de ambiente físico e pessoal para organizar a aprendizagem. Destarte, “as instituições nas figuras de gestores e secretarias, ainda acreditam que a educação tecnológica resume-se à compra de computadores” (Brito, 2020), seguindo esse discurso, como única forma de ter tecnologia na escola. Um dos requisitos para a educação de qualidade, deve prever formação docente aliada às tecnologias no processo de aprendizagem de crianças e jovens.

Adeptos das redes sociais, os indivíduos estão “imersos no *onlife*, mundo digital ou a *infosfera*, habitat cotidiano para bilhões de pessoas, cada vez mais, e cada vez

mais comumente; o ser interpretado de modo informacional” (Floridi, 2020 p. 02). Onde os comportamentos são incorporados, em lugares, contextos e historiografias diversas, independentes de suas identidades, envolvem-se nas *hypes* e adotam *trends* ditadas pelas mídias sociais.

Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger a autoestima - assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso. (Bauman, 2022, p.74)

Nessa imersão, “nessa *fragilidade digital*, o acúmulo de informações pode ser esquecido rapidamente, numa cultura do esquecimento, porque não se fixa, porque não específica, ou atrai de forma especial”. (Floridi, 2020, p. 03) Devido à gama de escolhas que se apresentam, a “sociedade digitalmente alfabetizada endossada em uma realidade hiperconectada requer reconhecer como nossas ações, percepções, intenções e moralidade, até mesmo corpo entrelaçados com as tecnologias em geral e com as TICs.” (Floridi, 2020, p.12)

As escolas públicas regulares, de educação básica, especialmente as de ensino médio, enfrentam também, a escassa formação docente, um dos desafios maiores na organização escolar, por dependerem de burocráticas decisões em toda dinâmica escolar; mudanças de rotinas simples às mais complexas, ligadas a aspectos pedagógicos e materiais, inclusive no que tange à apropriação tecnológica e à sua utilização educacional. E mais do que nunca, a formação de professor deve considerar mudanças nesse devir, “precisará de uma formação continuada que o instrumentalize a tratar do conhecimento sob uma nova concepção e articulação entre a Informática, a Pedagogia e os processos didático-pedagógicos em sala de aula” (Sá; Gomes, 2012, p. 13).

Considerar até mesmo a autonomia que os alunos possam ter, com um mínimo de acompanhamento, porque, assim como “nas sociedades tribais as crianças aprendem ‘para a vida e por meio da vida’, sem que ninguém esteja especialmente destinado para a tarefa de ensinar” (Aranha, 2020, p. 22), as telas vão instigando ideias e comportamentos para além do ensino tradicionalmente imposto pela escola. O risco de serem tornados apenas peças em um tabuleiro mundial virtual, pois a “inteligência artificial e os sistemas de aprendizado das máquinas nos levaram à singularidade, do latim *singulares*, que significa, individual, único, inigualável”, levando

à tranquila colonização do universo.(Smil, 2024, p. 278).

O ensino escolar seguindo a recomendação dada pela LDB nacional e as novas demandas segue o princípio comeniano em que “não se deve ensinar apenas o que tem valor apenas para a escola, mas para a vida”. (Aranha, 2020, p.159). Para o termo “Escola” não devemos supor uma orientação monolítica de um método ou de uma teoria específica, mas um movimento que estimulou inovações e que comportava várias matrizes teórico-metodológicas, desde o seu início até hoje. (Aranha, 2020, p.10)

Outro fator é a família, pouco atuante na formação dos filhos de forma geral; a família passou de um modelo de atuação rígida aos aspectos escolares a um *laisser-faire* sem precedentes quando se trata da aplicação de normas aos alunos e do próprio currículo; portanto, a escola pouco pode atuar em relação à família que falta na coorientação dos filhos. Ambas de vieses radicais, trazem prejuízos ao desenvolvimento socio-cognitivo, por isso a importância de pensar formas de educação alinhem família-escola.

A família tradicional seguia padrões rígidos de comportamento e permanecia imutável sua organização. A moderna busca relações com base em sentimentos. Na contemporaneidade, o que se promove é a satisfação pessoal, a autoridade se torna um problema. (Teixeira, 2013, p. 15)

Uma análise criteriosa das experiências e dos resultados educacionais, mostra que a *pansofia*, do grego *pan*, “ tudo” e *sophia*, ” sabedoria”, sabedoria universal (Aranha, 2020) ou conhecimento universal é utópico. Nesse sentido, a escola serve para mediar o ensino que será complementado pelas experiências vivenciadas pelo sujeito, para atingir um patamar de maturidade que permita a integralidade, pois o ensino integral, acaba por ser uma falácia, se considerar que todo o aprendizado depende dessa instituição: é considerar que o aluno chega à escola sem bagagem cultural. “A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem de maneira contextualizada. Para tanto, deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado (Teixeira, 2013, p. 16).

O que se pode fazer é repensar as atuais orientações do CBC e propiciar formas de aplicabilidade delas para alcançar as finalidades e metas educacionais coerentemente, com parâmetros sérios e discussões democráticas construídas em conjunto com o aluno e não apenas, para o aluno. A escola deve ser uma instituição

instrumentalizada para “preparar melhor todos os usuários; a formação, a capacidade crítica e um pouco da inteligência para entender o que vale a pena ler ou seguir, e o que pelo contrário é lixo, são fundamentais, assim como saber atravessar a rua. Aqui, a escola pode ter um papel vital” (Floridi, 2020, p. 03).

Ocorre que “a perspectiva liberal defende que a formação do professor é um problema dele, que está despreparado, mal informado, ou seja, tratado como incompetente” (Abreu; Nascimento, *apud* Orso, 2023, p. 13). O país investe pouco na formação pedagógica, nos professores e pedagogos de uma forma geral, preferindo ampliar as discussões sobre universalização do ensino, sem articulação com as realidades presentes no cotidiano escolar. Há muito, discute-se a superação do que Freire (2021, p.50) chama de educação bancária: professores reproduzindo o que está pronto, “a escola se obriga a deixar de ser um espaço preponderantemente fabricante de memórias repetitivas, para ser um espaço comunicante e portanto criador”.

Nessa visão, sendo o professor mediador ou gestor do conhecimento, dificilmente, ocorrerá uma integração das habilidades dos alunos aos moldes educacionais previstos na LDB, pois, há pouca ligação da organização curricular com a realidade do aluno e das principais avaliações externas. Além disso, é latente “ o modelo de formação docente focado no desenvolvimento técnico, com profissionais avessos à reflexão que alcance a essência dos fenômenos e incapazes de travar esse diálogo com os alunos, numa realidade fragmentada” (Abreu, Nascimento *apud* Orso, 2011, p. 04).

3.1 Tecnologias e *ethos*

Os conteúdos digitais propiciados pelas tecnologias - que são artefatos ou máquinas que funcionam por instruções humanas, acessíveis ou processáveis por dados em rápido desenvolvimento; registrados, armazeandos, computados e realimentados de maneira inovadora, criando oportunidades infinitas. (Floridi, 2015, p.21) suscitam opiniões diversas e principalmente servem como modelos ou arquétipos que passam a ser adotados por aqueles que tencionam demonstrar determinadas características, incluindo os adolescentes, os quais demonstram na sala de aula, visões de mundo, ligadas à aparência, linguagem, comportamentos alusivos a determinados ambientes e que atribuem às informações vistas na internet.

A ideia prévia que se faz de quem ocupa cenas midiáticas e a imagem de si, assumem “padrões” construídos em seu discurso e que não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas e parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma doxa, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos constatatórios. (Amossy, 2016, p. 125)

A incorporação das tecnologias digitais ao cotidiano, de maneira harmônica ou não, tem impactado diretamente a constituição do *ethos* dos sujeitos juvenis, que tentam passar certa imagem, pela fala e atributos físicos: “ O conjunto de marcas discursivas que visam produzir uma imagem de credibilidade e confiabilidade diante do interlocutor. Persuadimos pelo caráter (*ethos*) quando o discurso é apresentado de modo a tornar o orador digno de fé”. (Amossy, 2016, p.36). As redes sociais são utilizadas em vários ambientes na escola: como pátio, sala de aula, refeitório, entre outros. “As redes sociais são uma opção de mídia em que os usuários podem criar e consumir conteúdo e a informação pode ser compartilhada em diferentes formatos, tais como texto, vídeo, áudio ou fotografia. (Vieira *et al*, 2022)

Nesse sentido, o *ethos* atua como elemento que estrutura e condiciona as práticas comunicacionais contemporâneas, evocando avaliações sociais e contribuindo para a tipificação de sujeitos e grupos no seio da sociedade midiaticizada. As novas demandas sociais, trouxeram o mundo para muito perto das pessoas, e os jovens também mudaram suas atitudes dentro do ambiente escolar, inserido de forma inegável nas relações sociopolíticas, através também dos meios virtuais. Por isso, o principal material escolar não é o lápis ou a caneta: são o celular e o fone de ouvidos.

A escola de educação básica, formal e regular, geralmente, local de constante interação social do adolescente, palco de suas vivências fora da família, tem percebido

essas nuances e se preocupado estratégias de ensino concatenadas às novas tecnologias e com o senso comum; um mundo de possibilidades que não se restringem à sala de aula formal. O aluno cercado por conteúdos das “ mídias digitais, -que são instâncias ou um tipo de instituição, que diferente de instituições como igrejas e clubes, por exemplo, atuam de forma subjetiva” - encontram nas redes sociais que são os aplicativos como TIK TOK, Instagram, etc, muito utilizados pelos adolescentes (Vieira *et al*, 2022) e que compõem as mídias sociais. O adolescente é levado a pensar que controla todos os âmbitos das informações, por si mesmo, mas subestima a influência daquilo que é paulatinamente mostrado. Os conteúdos vistos nas mídias sociais, provêm de pensadas e diversas intenções, sejam de cunho econômico, social ou filosófica, para obter a adesão, através da “eloquência galante, fenômeno pelo qual os homens acabam por pensar que a posição em que se encontram é a “boa” posição, e desse modo, chegam a forjar toda sorte de razões pra lhes atribuir valor, inclusive o valor supremo” . (Amossy, 2016) em se tratando das redes sociais, através de *likes*, inscrições nos canais, curtidas e divulgação, de quem os acessa, incorrendo, arriscadamente, em apoiar conceitos antiéticos, aos quais estão expostos os estudantes.

“Adesão é esse processo que, em sua forma acabada, faz passar de uma diversidade de maneiras de ver e de fazer à certeza de que há somente uma que é válida, converte a subjetividade consciente de uma opinião relativa em pseudo-objetividade inconsciente de uma certeza absoluta. Utilizam-se argumentos para justificar uma opinião; a adesão faz parte da ordem do “isso é óbvio” e acarreta a atitude que equivale a “incorporar” uma maneira de ver que se torna uma maneira de crer. Essa lógica da adesão constitui uma forma extrema da argumentação, já que instaura uma ordem de valores, e constitui uma maneira extrema de falar ou de escrever sobre si mesmo, já que, enunciando aquilo que o sujeito que se exprime acredita serem as evidências, ela revela as crenças, isto é, a ordem do irracional nos comportamentos e nas escolhas. (Amossy, 2016, p.168)

Além de vários fatores que concorrem para dificultar a visão do que vem a ser “escola” para os alunos, há um poder manipulador propagado pela internet que não lhes parece um pseudopoder; ascendente do volume de informação que pode negativamente, “homogeneizar e descaracterizar culturas tradicionais bem como alienar e massificar, quando predomina o consumo passivo da informação sem crítica”. (Aranha, 2020, p.389) De forma geral a mídia tem incentivado a satisfação desmedida dos desejos individuais pela ênfase no consumo, seja de produtos, serviços ou ideias que podem levar a educação ao caos:

“Esse ambiente líquido-moderno da sociedade e a cultura de consumo tem como característica a desregulamentação e desrotinização da conduta humana, já em estado avançado diretamente relacionadas ao enfraquecimento e/ou fragmentação dos vínculos humanos- com frequência referidos como individualização” (Bauman, 2022, p.66).

Portanto, cooperação, tolerância e paciência, essenciais no processo de ensino-aprendizagem tornam-se escassos na dinamicidade da realidade prática, e, conseqüentemente na escola, além do risco de supressão de importantes habilidades para o processo de aprendizagem, abordadas pelas neurociências, “ se por um lado ganhamos muito com a tecnologia, por outro perdemos algumas de nossas capacidades, por exemplo, por utilizarmos consideravelmente menos as nossas percepções sensoriais”. (Aranha, 2020, p.21). Em vista disso, os alunos têm grande resistência à tradicional escrita que exigem dupla função: ler e escrever: produções de texto geram queixas unânimes.

Para além da frequência e permanência na escola, há que se pensar em estratégias de envolvimento considerando as potencialidades da mídia, que se insere no *ethos* em formação dos alunos, passando especialmente pela efetiva e contínua preparação dos profissionais da educação. Sendo, “*Ethos*, a síntese dos costumes de um povo indicando traços característicos de um grupo e adquirindo um valor de identidade social e cultural”; (Ferrarini, 2016), nessa perspectiva, de “seres humanos sincrônicos” que “vivem apenas no presente” e “não dão atenção à experiência passada ou às conseqüências futuras de suas ações”, estratégia que, “se traduz na ausência de vínculos com os outros”.

A “cultura presentista” de Bauman (2022, p.136) no envolvimento com as rede sociais que não se resolverá com a implantação de uma proibição: Em 13 de Janeiro de 2025 sancionou-se a lei 15.100 que proíbe o uso de celulares e aparelhos eletrônicos pessoais portáteis em todas as escolas públicas e particulares de educação básica brasileiras, porém, não estipula medidas pedagógico-educativas para usos indevidos, deixando a cargo apenas das instituições propiciarem resolução de problemas advindos do uso. Quando e onde obter informações, que também são produtos passíveis de serem vistos ou vendidos tendem a influenciar e,

Pode-se teorizar a internet como uma nova e aperfeiçoada forma de engajamento político, no qual a conexão acelerada à internet e à velocidade cada vez maior são avanços democráticos; parece suspeitosamente com muitos disfarces das práticas de vida despolitizadas da classe instruída, e acima de tudo em sua aguçada preocupação com a dispensa “da política do real”. (Bauman, 2022, p. 139).

Deve-se privilegiar a relação dialógica entre todos os envolvidos: escola, família e políticas públicas, para a definição de medidas claras de corresponsabilidade, (porque as escolas estão perdendo seu papel pedagógico e assumindo o papel puramente social na definição de comportamentos socioemocionais) e garantir a participação democrática nas discussões educacionais que definem essas esferas, além da formação de professores de forma coerente às novas demandas. Idealmente, o trabalho do professor seria, “liberto das funções de informação e repetição poderá desempenhar um papel que é só seu e que jamais será transferido para máquina alguma: discussão, interpretação e crítica das informações” (Aranha, 2020, p.160).

O desempenho escolar tradicional apresenta-se baixo, os alunos não interagem com as aulas e tendem a trazer à baila assuntos que os interessam, por vezes polêmicos, e sem embasamento crítico e tempo para reflexão adequada. Menosprezam as aulas tradicionais; tratando-se aqui, o termo “tradicional” àqueles relacionados às temáticas regulares do CBC. As recentes reformas preocuparam-se em inserir disciplinas que envolvem o uso de tecnologia, mas com propedêutica pouco detalhada e sem garantias de periféricos e meios físicos apropriados para sua didática. A própria relação com as mídias sociais tem um aporte falho com relação aos conhecimentos prévios e as singularidades de cada um, “o *Google* não é um descobridor de fatos com oportunidades iguais; recompensa aqueles que já sabem. Em vez de ser um agente de igualdades, o *Google* recompensa os conhecedores cognitivos, consolidando a desigualdade educacional”. (Hirsch, 2023, p.109)

Se a sociedade e mormente, as autoridades que definem decretos e leis estendessem o olhar para esse problema que extrapola as fronteiras, com acompanhamento minucioso das causas que levam às falhas, que por vezes são imputadas não à teoria educacional, mas à má aplicação, poderiam vislumbrar melhoras no sistema que a exemplo do americano, “culpa o professor porque estão decepcionados com os resultados das reformas”. (Hirsch, 2023, p.110)

4 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo, por envolver a observação direta da realidade educacional investigada, sem interferência do pesquisador. Esse tipo de investigação busca compreender fenômenos no contexto em que ocorrem, permitindo captar as percepções, atitudes e interações dos sujeitos em situações reais.

Segundo Severino (2013, p. 122), a pesquisa de campo “implica a coleta de dados diretamente da realidade onde os fenômenos ocorrem, para posteriormente serem analisados e interpretados à luz da teoria”. Ainda conforme o autor (2013, p. 80), “a primeira atividade do cientista é a observação. Inicialmente essa atividade pode ser casual e espontânea... a percepção de uma situação problemática que desencadeia a indagação científica”.

Nesse sentido, o presente estudo teve origem justamente em um movimento de observação empírica: foi notada a baixa motivação dos estudantes para as atividades escolares formais, em contraposição à constante disposição para o uso de dispositivos tecnológicos. Essa percepção inicial revelou uma lacuna entre as finalidades formativas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — que enfatiza o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas ao uso ético, crítico e criativo das tecnologias — e a prática pedagógica efetiva nas escolas.

Para compreender essa realidade, a pesquisa de campo foi desenvolvida em ambiente escolar, envolvendo professores e estudantes. Os instrumentos de coleta de dados compreenderam a observação direta das aulas e atividades pedagógicas, além da aplicação de questionários aos estudantes e entrevistas semiestruturadas com professores. Tais instrumentos possibilitaram captar as percepções, motivações e desafios relacionados ao uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Os dados obtidos foram organizados e analisados por meio da análise qualitativa, buscando identificar recorrências, padrões e significados nas falas e comportamentos observados. Essa abordagem permitiu uma interpretação crítica dos resultados, articulando-os com o referencial teórico e com os pressupostos da BNCC sobre o papel das tecnologias na formação integral dos estudantes.

Dessa forma, a metodologia adotada favoreceu uma compreensão aprofundada da realidade investigada, permitindo não apenas descrever, mas também refletir sobre as práticas pedagógicas e propor caminhos que contribuam para a efetiva integração das tecnologias no contexto escolar, conforme as diretrizes do NEM.

Os itinerários formativos pelas escolas devem considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho. Para tanto, os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes: I- Investigação científica, II- processos criativos, III – mediação e intervenção sociocultural: e IV – Empreendedorismo, que supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).

Além disso, constatou-se uma apropriação fragmentada e, por vezes, distorcida dos saberes escolares, fortemente influenciada pelas experiências cotidianas dos estudantes e por suas interações mediadas pelas tecnologias digitais. Essa dinâmica evidencia que os significados atribuídos ao conhecimento escolar tendem a ser ressignificados a partir de referências externas ao ambiente educativo formal, o que repercute na forma como os alunos compreendem e valorizam o processo de ensino e aprendizagem.

A resistência aos direcionamentos pedagógicos e às orientações emanadas da equipe escolar, aliada ao desinteresse pela participação nos exames externos, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — aplicado nos meses de março e setembro, em anos ímpares —, manifesta não apenas um descompasso entre as expectativas institucionais e as práticas estudantis, mas também revela fragilidades estruturais do sistema educacional brasileiro. Tais fragilidades decorrem da ausência de articulação efetiva entre as políticas públicas de avaliação, as práticas pedagógicas e o contexto sociocultural dos discentes, comprometendo, assim, a coerência e a eficácia das ações educativas.

Nesse contexto, a pesquisa propõe uma reflexão de cunho sociológico sobre a natureza do ensino, compreendido como prática sistematizada e fundamentada nos princípios do método científico (SEVERINO, 2013, p. 16). Além disso, busca fomentar o debate acerca das relações contemporâneas entre juventude e conhecimento, bem como discutir os desafios que se impõem à gestão pedagógica diante das transformações culturais e tecnológicas que caracterizam a sociedade atual.

4.1 ABORDAGEM E NATUREZA DA PESQUISA

A presente pesquisa, de natureza bibliográfica e de campo, insere-se no âmbito das investigações qualitativas, por buscar compreender fenômenos educacionais em sua complexidade e contexto real, privilegiando a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. O estudo foi motivado pelos baixos desempenhos observados nas avaliações externas educacionais e pela crescente percepção depreciativa da educação manifestada nas redes sociais e reproduzida pelos próprios estudantes em seus discursos cotidianos.

Tais percepções contrastam significativamente com os princípios normativos estabelecidos nas diretrizes legais da educação básica, especialmente no que se refere à aprendizagem e ao uso das tecnologias digitais — notadamente os dispositivos móveis, como celulares e smartphones — no contexto escolar.

A etapa bibliográfica fundamentou-se na revisão de obras e documentos oficiais relacionados às políticas educacionais, à integração das tecnologias digitais e às práticas pedagógicas contemporâneas, permitindo o embasamento teórico necessário à análise. Já a pesquisa de campo teve como foco a observação do comportamento discente durante as aulas, com atenção especial aos aspectos linguísticos, sociais e didático-pedagógicos, buscando compreender as formas de interação dos estudantes com os conteúdos escolares e com as tecnologias digitais.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, fundamentada em Severino (2013), que compreende o processo investigativo como um movimento interpretativo orientado à compreensão do significado dos fenômenos estudados. Para o autor, a pesquisa qualitativa “busca captar os sentidos e significados que os sujeitos atribuem às suas ações e às práticas sociais, situando-os em seu contexto histórico e cultural” (SEVERINO, 2013, p. 120). Nesse sentido, os dados coletados na pesquisa de campo foram organizados, descritos e interpretados de modo a permitir a identificação de categorias emergentes relacionadas às atitudes, percepções e práticas dos estudantes diante do processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias digitais. Essa forma de análise privilegiou a interpretação compreensiva e reflexiva dos achados, buscando articular os elementos empíricos às bases teóricas e aos pressupostos das políticas educacionais contemporâneas.

Além da identificação dos programas, sites e canais mais frequentemente acessados, a análise considerou três dimensões fundamentais: preferências de navegação, intencionalidades e consequências do uso indiscriminado. Para o estudo do tema,

adotou-se o procedimento de síntese, entendido como o processo que possibilita uma visão de conjunto e a articulação de elementos antes dispersos, conferindo unidade e sentido global ao objeto investigado (Severino, 2013, p. 64).

A pesquisa qualitativa também utilizou uma enquete, rodas de conversa e relatos escritos produzidos pelos próprios alunos, nos quais expressaram suas preferências temáticas nas redes sociais. A partir desses dados, foram promovidas reflexões coletivas sobre as posturas assumidas pelos estudantes diante dos conteúdos consumidos, bem como sobre os objetivos implícitos e as intenções tanto dos influenciadores quanto dos meios de comunicação.

A partir da observação inicial dos problemas, buscou-se compreender suas possíveis causas, formulando hipóteses explicativas baseadas na relação causal entre os dados observados e os fenômenos estudados. Essa abordagem segue a lógica do método científico, no qual “propõe-se uma determinada relação causal como explicação” para, em seguida, proceder à experimentação (Severino, 2013, p. 65). Isso posto, foram analisadas as concepções e maneiras dos alunos usarem os conteúdos da internet na sala de aula (e também fora dela) e no trato com o mercado de trabalho.

4.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de instrumento físico, dividido em duas etapas. Inicialmente, foi apresentada aos 30 alunos, do 2º ano do Ensino Médio, uma exposição geral dos objetivos da pesquisa arguindo-os sobre os conteúdos que mais consomem, na internet (e por quais motivos) durante duas aulas de 50 minutos, no primeiro semestre de 2024. Primeiramente receberam um questionário (ver apêndice) contendo 10 perguntas; os 30 alunos responderam, mesmo que de forma incompleta. Na próxima etapa, aulas 2 e 3, foram realizadas rodas de conversa, mas, apenas 16 alunos estavam presentes; sendo que muitos não queriam aparecer nas fotos; foram utilizadas plaquinhas de “concordo” e “discordo” sobre os temas que apareceram no questionário. (Imagem 1)

Imagem 1 – Alunos na roda de conversa



Fonte: Acervo da professora para a pesquisa

Após essas discussões, registraram nos cadernos, as preferências de aplicativos e *sites*, para em seguida, preencher os murais na parede, pois não havia vaga para utilização da sala de informática naquela semana e foi preciso criar um espaço para registro e futuras discussões. Também, porque nem todos os alunos possuíam telefone para fazer o preenchimento do quadro com as preferências, foi produzido um mural, de papel 1,70 x 1,10 onde os alunos registraram suas preferências na internet (imagem 2).

Os alunos foram orientados a redigir um texto descritivo sobre a importância da internet, porém, optaram por listar itens que a princípio intitularam “guia para o bom uso da internet”; eles se manifestaram oralmente, mas, a parte escrita somente a metade da turma participou, ou seja, 15 alunos. (imagens 6 e 7)

Imagem 2 – Alunos preenchendo mural com os aplicativos acessados



Fonte: Acervo da professora para a pesquisa

4.2.1 Passo inicial: Conteúdos mais acessados

As primeiras aulas para escuta e registro individual dos alunos, motivou a discussão dos assuntos mais acessados por eles, bem como a observância de suas conclusões a respeito da veracidade dos conteúdos. Os 30 alunos presentes, relataram suas experiências com as redes sociais como algo imprescindível à suas rotinas.

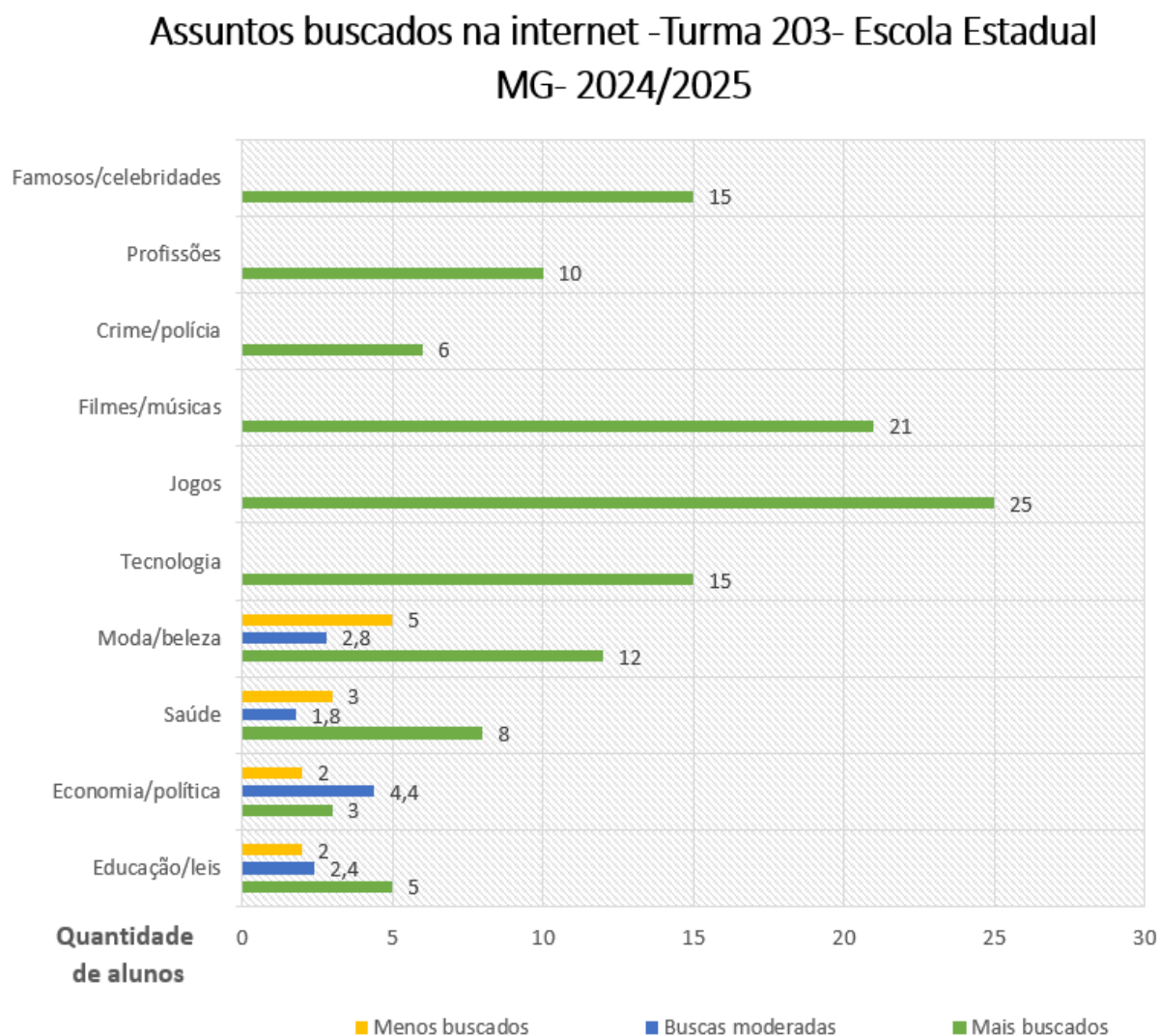
Conforme dados mostrados na figura 06, onde constam os nomes dos aplicativos e sites favoritos e os motivos que os levam ao acesso, o teor demonstrou a busca por diversão e desafios lúdicos como os conteúdos mais acessados. A socialização e defesa dos temas nas rodas de conversa e a linguagem utilizada, marcada por gírias, regionalismos e influências estrangeiras evidencia a forte adesão aos conteúdos transmitidos pelas mídias digitais. Os alunos ressaltaram a necessidade de buscar conteúdos que os divertem e fazem “passar o tempo”; o gráfico mostra o tema mais consumido por eles: jogos, filmes e música e em 3ª colocação, a tecnologia, sendo

mencionada por eles dentre os assuntos de maior interesse. Ter ou não ter o aplicativo *TIK TOK*, ou não compactuar de seus “valores” passou a ser visto por muitos adolescentes como algo fora da norma, *cringe* ou constrangedor. Constata-se, assim, que como uma parcela significativa dos estudantes, orienta suas decisões, opiniões e visões de mundo com base nos conteúdos consumidos nas redes sociais.

4.3 Análise de dados

A lista de assuntos pesquisados pelos alunos foi realizada em conjunto com a turma, que opinou favoravelmente sobre jogos e vídeos de “pegadinhas da internet”. Assim, após realização da tabulação do questionário escrito, os temas mais consumidos por eles figurou na seguinte ordem: jogos, filmes e música, tecnologia, famosos e celebridades, (ênfase dada aos jogadores de futebol); moda e beleza, profissão, saúde, crime, política, educação/ leis, conforme gráfico da figura 6.

Figura 6 Assuntos mais pesquisados pela turma 203 - E.E. Alberto Lima- MG



Esse resultado aponta para a necessidade de maior incentivo às didáticas que privilegiem conteúdos que capacitem os alunos no trato com as informações.

Na visão dos alunos, um jogador de futebol, por exemplo, é “o profissional do sonho”, isso demonstrado nas rodas de conversas cotidianas e na escolha do tema no questionário. Isso não anula a importância das demais profissões, mas é justificada pela defesa dos alunos em prol desse tipo social estereotipado pela mídia, levando a divulgá-lo, inconscientemente, de forma maciça, através da sedução fácil da riqueza ostentada nas redes sociais, como se essa profissão tivesse apenas pontos positivos. O próprio tema “profissão”, citado por eles e constante na pesquisa e que faz parte do discurso dessa faixa etária, ocupou apenas o 5º lugar na preferência dos alunos, bem como educação e leis que permeiam o exercício e acesso aos direitos, demonstrando ser interesse para 33% da turma.

Como mencionado, o assunto “jogos”, de temáticas diversas, foi citado no topo da pesquisa, sendo que muitos alunos passam muitas horas do dia *on-line*, “considerando excessivo o superior a mais de cinco horas”. (Viera et al, 2022, p. 06) Mesmo sem monetizar, eles admitem ser competitivos e incansáveis, quando jogam, deixando de realizar atividades essenciais como alimentação e vida social o que pode causar sérios danos à saúde, além de impedir a concentração em outras atividades, prejudicando o desempenho cognitivo, o que se revela nas aulas e nas queixas dos pais. As informações podem ser absorvidas de forma superficial e sem graves danos ao cognitivo, todavia, a convivência no meio escolar com os mais jovens tem demonstrado a assimilação de certos conceitos e comportamentos que tendem a atingir de forma negativa a frequência e mesmo foco no aprendizado escolar, já bastante complexo e influenciado por outros fatores sociopolíticos e econômicos. “O ethos está sempre presente como problemática humana.” (Perelman *apud* Amossy, 2016, p.30)

É recorrente a publicação de mensagens com conteúdos distorcidos sobre sucesso, bens materiais, boa aparência física, impressões de bem-estar e felicidade por parte dos amigos virtuais. A exposição continuada a esse tipo de material pode desencadear sentimentos de incapacidade ou de estar fora dos padrões, o que pode desenvolver ansiedade ou depressão nos indivíduos. Somado a isso, indivíduos que passam mais tempo em redes sociais provavelmente se envolvem menos em outras atividades de promoção à saúde, que são correlacionadas negativamente com sintomas depressivos. Por fim, as redes sociais são a principal plataforma para o cyberbullying, caracterizado como atos agressivos e intencionais praticados por um indivíduo ou grupo pelas formas eletrônicas de contato. Vítimas de cyberbullying estão mais propensas a tentar suicídio do que pessoas que não passam por tais situações. (Viera et al, 2022, p.06)

A carência de estímulos pedagógicos, no trato midiático e temas relevantes academicamente para engajamento social e formação cidadã do aluno revelou-se no resultado da coleta de dados da entrevista, onde o maior resultado foi 83%, na predileção por jogos; também nos momentos de escuta e preenchimento do mural pelos 16 alunos, de forma espontânea, identificando dentre os aplicativos mais acessados por eles, aqueles que envolvem música, simulação e jogos em geral, (conforme mostra a imagem 2). Esses temas discutidos em conjunto, recebiam comentários positivos quando se tratava de consumos hedônicos, porém, negativos quando se tratava de consumos do âmbito das obrigações como escola, saúde e trabalho formal tradicional. Em meio à efervescência de vídeos de segundos que preenchem a necessidade de dopamina, evidenciou a urgência de entender que as práticas educacionais devem pautar-se principalmente pela corresponsabilidade e pela ética. Entendendo que “ética, é uma questão de seres sociais e não sujeitos autônomos racionais e desencarnados, a responsabilidade pelos efeitos provocados pelos artefatos tecnológicos, antes atribuída ao seu designer, produtor, varejista e usuário, apelam para a responsabilidade distribuída” (Floridi, 2016, p.19)

Então, após a tabulação do questionário escrito e socialização nas rodas de conversas, nas quais os temas mais consumidos permitiram evidenciar a predileção pelos jogos, que os fazem sentir-se empoderados diante dos scores das telas do celular, o novo mundo dos adolescentes, impregnados, principalmente, pela cultura estrangeira: na vestimenta, termos linguísticos, gostos musicais. Seguido pelo índice de 50%, em tecnologia e pessoas famosos, cuja aparência, admiram e os autodescrevem. Na visão dos alunos, um jogador de futebol é “o profissional do sonho”. Isso não anula a importância de quaisquer profissões, mas é justificada pela defesa dos alunos em prol desse tipo social estereotipado pela mídia, levando a divulgá-lo, inconscientemente, de forma maciça, através da sedução fácil da riqueza ostentada nas redes sociais, como se essa profissão tivesse apenas benesses. Inclusive, o tema “profissão”, citado por eles e constante na pesquisa, parte do discurso dessa faixa etária, ocupou apenas o 5º lugar na preferência dos alunos, bem como educação e leis que permeiam o exercício e acesso aos direitos, demonstrando ser interesse apenas para 33% da turma.

Pessoas que enriquecem empreendendo com custo-experiência quase zero, também ocuparam grande parte dos debates, demonstrando a fácil concordância com os conteúdos disponibilizados, enfatizam o aspecto econômico, ou seja, a fácil obtenção de crescimento financeiro, alertado por Floridi: “o progresso como ideia central, uma utopia, aliada por uma busca onisciente e onipotente.”

Nesta altura, durante a trajetória das aulas, em que os alunos apresentaram uma

atividade escrita com os conceitos de *efeito Dunning-Krueger*, *falácia* e *ética*, eles puderam constatar na prática, a *falácia*, pois um aluno trouxe o conceito de *efeito Dunning- Krueger* relacionando-o apenas com conceitos biológicos (e não psicológicos), retirado de uma fonte desconhecida, (mesmo tendo recebido as fontes bibliográficas nas orientações da professora) que nada explicavam sobre o conceito original. Então, por essa e outras situações, puderam constatar que nem sempre o que consta no “doutor Google”, como eles costumam chamar, é seguramente correto.

As respostas do questionário, no gráfico da figura 6, apontam para a necessidade de maior incentivo ao estudo de conteúdos relevantes que capacite os alunos no trato com as informações, ampliando sua percepção para a incompatibilidade entre riqueza material e totalidade da população. Alcançar o êxito pessoal e profissional passa pela conscientização dos fatores que interferem na educação e conseqüentemente nos modos de vida; as políticas públicas e o consumo consciente das informações.

Por outro lado, a internet dá provas de sua magnitude informacional, pois, serve como meio de trabalho para alguns alunos da pesquisa, que a utilizam na captação de clientes, vendas, compras, criação e acompanhamento de dados empresariais, etc, para além da utilização trivial, com participação em cursos e formações específicas, pagamento de contas, inscrições gerais e plataformas escolares. Apesar do uso pedagógico ainda restrito pela escassez de infraestrutura, engessamento curricular e formação docente inadequada, os impactos gerados pela utilização da internet têm propiciado debates importantes na sala de aula e na cena cultural e educacional, como um todo, exigido novos desdobramentos sociais. Em suma, evidenciou-se a carência de estímulos e instrumentos educacionais efetivos, no trato midiático, na esfera institucional, como a implementação de ferramentas legais para ampliar as funcionalidades tecnológicas nos aspectos didático-pedagógicos.

Por fim, uma sociedade de bases democráticas, que preza pela equidade, justiça social e cidadania não pode ignorar as fragilidades advindas do poder centralizado na internet, que naturaliza as desigualdades, gerando estagnação, ou pior, o declínio dos princípios éticos, pedagógicos e educacionais. Em outras palavras, retomar o debate iniciado com os *Pioneiros da educação*, da década de 1930, passando pela integração tecnicista da lei 5.692/71 e pelos desafios da lei de diretrizes e bases de 1996, que prevê a formação integral do aluno, aliadas às novas tecnologias e orientam a evolução dos direitos sociais e a qualidade da educação no Brasil na inovadora era da comunicação.

A análise dos dados foi conduzida com base no método indutivo, descrito por Severino (2013, p. 20) como “um procedimento lógico pelo qual se passa alguns fatos particulares a um princípio geral.” Neste contexto, a recorrência dos dados coletados

permitiu a generalização de uma realidade observada: a baixa erudição dos conteúdos consumidos pelos alunos e a precariedade do ensino na etapa final da Educação Básica, em especial no que se refere às estratégias de ensino utilizando as novas tecnologias na sala de aula e à efetiva apropriação das competências da base nacional comum curricular, mencionadas no capítulo 2; diante da forte influência exercida pelas mídias digitais e sociais no cotidiano dos estudantes.

4.3.1 Evolução do tema: Futuro profissional

Após a construção do mural pelos alunos, foi feita nova roda de conversa, sobre os conteúdos recorrentes vistos por eles. A constatação de que, até mesmo as profissões seguem tendências, ou *trends*, levou a uma atividade relacionada a escolha de profissão e futuro profissional: vários alunos relataram a preocupação de se formarem engenheiros e acabarem trabalhando como *Uber*, segundo eles, é o futuro de quem cursa uma graduação. Nesse caso, reformulou-se a ideia com o seguinte questionamento pela professora: “Quantos motoristas de *Uber* vocês conhecem que tem diploma de engenharia?” Essa provocação gerou discussões e reflexão crítica, sobre diversas assertivas vistas e recorrentes em redes sociais e os alunos passaram a reconsiderar a veracidade e o impacto dos discursos disseminados *online*. A metade da turma estava presente e foi realizada uma dinâmica “Concordo ou discordo”, conforme fotos (apêndice), baseada nas respostas e afirmações fornecidas nesse debate, na qual os alunos demonstraram seus pontos de vista quanto aos diversos aspectos das futuras profissões. CLT, formação acadêmica, desempenho escolar, empreendedorismo e primeiro emprego permearam as atividades dialógicas e muitos estudantes reformularam suas respostas após discutirem a implicação das ideias diversificadas sobre os conteúdos vistos na internet, (que até então eram aceitos sem discordâncias) adotando posturas menos radicais e expressando opiniões moderadas.

4.3.2 O guia prático

Após observação e registros ao longo do segundo semestre de 2024 e início de 2025 e o preenchimento de uma enquete, dessa vez, no *Googleforms* (*link* no apêndice) os alunos puderam refletir mais profundamente sobre a utilização da internet e como ela afeta suas vidas. As respostas mostraram que os conteúdos

mostrados na internet são produzidos com finalidades específicas e são acessíveis a todos e não há preocupação em mensurar as consequências do uso, como o tempo de navegação e a maturidade para lidar com esses conteúdos, dada a diversidade e simultaneidade na dinâmica de visualização.

Na perspectiva de aguçar a percepção sobre a veracidade e credibilidade das informações, foi orientada uma pesquisa conceitual e exemplificada no contexto da internet sobre ética, falácia, *efeito Dunning- Krueger* e arquétipo, com o intuito de refletir sobre a intencionalidade do universo virtual. Os alunos apontaram exemplos da internet, de forma geral, contendo noções direcionadas aos sujeitos de forma coletiva e apontaram a necessidade de filtros que superem as “receitas” simplistas oferecidas pelos “gurus” da internet.

A internet pode ser benéfica na sala de aula, se houver formas de melhorar a relação dos adolescentes com as mídias, por isso os alunos sugeriram ações para constarem em um instrumento que pudesse ser consultado por eles. Registros e debates resultaram em sugestões presentes no “ Guia para professores e estudantes: como lidar com os impactos da cultura digital na sala de aula do ensino médio” ; um produto detalhado abaixo, criado em parceria com os alunos e que complementam as argumentações .

5 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO - ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS PELO PÚBLICO ESCOLAR

5.1 Apresentação

As orientações a seguir são um produto educativo elaborado no contexto da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias (PPGENT/Uninter) em diálogo com estudantes do ensino médio, por meio de rodas de conversa, questionário e análise crítica de conteúdos midiáticos.

O objetivo dessas orientações é promover o uso consciente e ético da internet no ambiente escolar, fortalecer a identidade estudantil e a autonomia crítica, enfrentando os desafios comportamentais e cognitivos impostos pela presença massiva da tecnologia no cotidiano. A relação das pessoas com as redes sociais faz parte da rotina das pessoas de forma geral, em se tratando do público escolar, as consequências dessa vinculação ocorrem de forma contundente e simultânea, uma vez que esse público assimila, de imediato, os *ethos* das pessoas ou redes sociais que costumam seguir e demonstram maior interesse em compartilhá-los.

Inclusive a ideia de que todo o conteúdo pode ser visto quando desejado, (essa ideia é enfatizada oralmente, por eles, dentro da sala de aula) faz com que o aluno não se preocupe com conteúdos pedagógicos durante a aula, afinal, quase tudo pode ser revisto através de um *link*, foto tirada do “quadro de giz”, tutoriais no *YouTube*, *prompts* para *Gemini* ou *Chatgpt*, *and so on*. Por isso, é importante incentivar também, o registro manual para conscientizá-los da necessidade de melhorar a motricidade fina e memorização de conceitos relevantes.

Destarte, uma ferramenta pedagógica em formato de folder expandido, que envolve esse tema, foi criado para compartilhar o “Guia prático para professores e estudantes: como lidar com os impactos da cultura digital na sala de aula do ensino médio”, pensando na utilização e atualidade em “procurar aproveitar os meios simples que temos, os recursos facilmente disponíveis, à mão.” (Freire, 2021, p.106)

O *ethos* engloba estereótipos linguísticos, maneiras de falar tipificadas que, se espera, destinatários pertencentes a determinada comunidade. (Maingueneau, 2020, p. 22), por isso a relevância da relação discursiva, o *ethos* retórico.

Ethos é uma ferramenta valiosa para a análise do discurso, está em consonância com seu esforço constante de articular campos geralmente considerados disjuntos: o corpo e a fala, o texto e o contexto, a linguagem e a ação, o singular e o coletivo, etc. O processamento da “imagem”, quer dizer, seu “ethos”, não passa por situações em que há seleção, ou em que seja preciso se destacar em relação à concorrência, mas ele se integra a diversos gêneros midiáticos. (Maingueneau, 2020, p. 42 e p. 168).

Quando o adolescente enxerga a escola apenas como espaço de lazer e convivência e não como espaço de discussão, aprendizado e busca de alternativas para construção de cidadania, a assimilação de importantes estratégias para o *modus operandi* na vivência real, seja no ambiente escolar, seja, na entrada do mercado de trabalho fica robotizada, inócua e as desigualdades tendem a aumentar. Devemos nos dar conta de que não é aconselhável apenas fornecer informação aos alunos, temos que ensiná-los como utilizar de forma eficaz essa informação que rodeia e enche suas vidas, como acessá-la e avaliá-la criticamente, analisá-la, organizá-la, recriá-la e compartilhá-la (Peréz Gómez, *apud* Brito, 2015, p. 29).

Por essa razão foram construídas orientações pedagógicas para interação, compartilhamento e reflexão.

Os alunos participantes da pesquisa, sugeriram coletivamente, a partir de rodas de conversa, preenchimento de questionário e análise crítica sobre o tema, criar um guia ou algum material que possa ser consultado por todos. Foi necessário também, revisar semanticamente os conceitos de estereótipo, arquétipo e preconceito, dada a frequência com que foram confundidos ou utilizados de forma inadequada pelos estudantes ao longo da investigação.

As novas gerações demandam referenciais sólidos, estruturados com base em informações científicas verificáveis, a fim de que possam desenvolver uma postura crítica e reflexiva no uso das tecnologias digitais. Nesse sentido, busca-se ampliar suas capacidades cognitivas e fortalecer sua identidade por meio de práticas sociolinguísticas escolares e extraescolares. A busca de novas formas de lidar com as perspectivas dos alunos diante dos conteúdos gerados pelas TICs, motivou essa pesquisa e a criação de um produto simples, acessível e relevante: uma lista de orientações pedagógicas, de uso coletivo, que funcionam mais como instigadoras de reflexão, que respostas, para os desafios contemporâneos.

5.2 IMPORTÂNCIA DAS ORIENTAÇÕES

Por que a orientações são importantes? As mídias digitais sugerem e moldam comportamentos, valores e formas de convivência. Na escola, isso afeta diretamente o aprendizado, a formação da identidade e o clima pedagógico. Mais que acessar informações, os estudantes precisam aprender a avaliar, selecionar, reorganizar e compartilhar conteúdos de modo consciente.

5.2.1 Objetivos das Orientações

- Desenvolver postura crítica frente às mídias sociais.
- Combater estereótipos, preconceitos e desinformação.
- Apoiar professores e famílias no diálogo com os jovens.
- Promover práticas saudáveis de convivência digital.
- Estimular a formação cidadã por meio da cultura digital

5.2.2 Público-alvo

O público-alvo das orientações são estudantes do Ensino Médio e das demais etapas da Educação Básica, embora seu conteúdo também possa ser aproveitado por educadores, famílias e qualquer pessoa interessada no tema “acesso tecnológico responsável e saudável”.

- Estudantes do Ensino médio e demais etapas da educação básica.
- Educadores, gestores escolares e famílias...
- Comunidade em geral, interessada no tema da educação digital crítica.

A elaboração e a aplicação desse guia pedagógico evidenciam a importância da mediação crítica no uso das mídias sociais por meio do público escolar. As práticas orientadas ao longo da pesquisa demonstram que a utilização consciente da internet .pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da aprendizagem, da autonomia intelectual e da formação cidadã dos estudantes.

5.2.3 Boas práticas para a utilização da tecnologia na sala de aula

O “Guia prático para professores e estudantes: como lidar com os impactos da cultura digital na sala de aula do ensino médio”, disponível virtualmente no link: [//scan.page/RidK5q](https://scan.page/RidK5q); apresenta orientações práticas para uso produtivo e seguro da internet.

A seguir, exemplos de sites confiáveis:

Quadro 1: Sites confiáveis para uso educacional

Finalidade	Nome do Site	Endereço (URL)	Descrição resumida
Educacional	Domínio Público	http://www.dominiopublico.gov.br/	Biblioteca digital com livros, vídeos e obras em domínio Público
Educacional	SciELO	https://www.scielo.org/	Plataforma com artigos científicos revisados por pares.
Educacional	Biblioteca Unicamp	https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/	Teses e dissertações acadêmicas de acesso gratuito.
Educacional	Khan Academy	https://pt.khanacademy.org/	Aulas gratuitas em diversas áreas, como matemática, ciências e programação
Educacional	Google Scholar	https://scholar.google.com.br/	Busca por artigos acadêmicos e publicações científicas.
Informativo	Agência Brasil	https://agenciabrasil.ebc.com.br/	Notícias confiáveis sobre política, ciência, educação e cultura.
Informativo	IBGE	https://www.ibge.gov.br/	Dados estatísticos e geográficos sobre o Brasil.
Informativo	G1 Educação e Ciência	https://g1.globo.com/educacao/	Notícias sobre educação, vestibulares, ciência e inovação.

Informativo	Nexo Jornal	https://www.nexojornal.com.br/	Reportagens e análises com linguagem acessível e apuração rigorosa.
Informativo	Wikipédia (uso com cautela)	https://www.wikipedia.org/	Enciclopédia colaborativa. Verificar fontes ao final dos artigos.
Entretenimento educativo	Canal Futura	https://www.futura.org.br/	Vídeos, reportagens e programas com foco em educação e cidadania.
Entretenimento educativo	TV Escola (acervo)	https://tvescola.org.br/	Acervo de vídeos e conteúdos voltados à educação básica.
Entretenimento educativo	Rádio MEC	https://radios.ebc.com.br/mec	Conteúdos musicais, educativos e culturais de produção pública.
Educacional	Brasil Escola	https://www.brasilecola.uol.com.br/	Textos explicativos e recursos didáticos voltados para alunos e professores.

Fonte: desenvolvido pela autora

A elaboração e aplicação destas orientações pedagógico evidenciam a importância da mediação crítica no uso das mídias sociais por parte do público escolar. As práticas orientadas ao longo da pesquisa demonstram que o uso consciente da internet pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da aprendizagem, da autonomia intelectual e da formação cidadã dos estudantes.

Conclusão

Estas orientações servem como ferramenta educativa voltada à construção de uma cultura digital mais crítica, consciente e ética entre os jovens. Seu uso no ambiente escolar pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociolinguísticas, cognitivas e formativas, além de fortalecer o vínculo entre estudantes, professores e comunidade frente aos desafios da era digital.

Integrar os conteúdos de ensino de forma globalizante torna-se o grande desafio para a organização pedagógica de nossas escolas caracterizadas por ilhas que, se não se conectam só dificultaria o entendimento de que, na prática o conhecimento representa um todo que se interliga em múltiplas facetas (Brandão, 2021, p.50)

Os temas mais acessados pelos alunos conforme gráfico da figura 3, revela essa busca pela satisfação, empoderamento, imagem perfeita, satisfação e prazer, alimentados por jogos, músicas e *scores*, além é claro, da busca por segurança e aceitação. Temas como saúde e geopolítica representam uma busca moderada em relação aos primeiros, revelando a necessidade de direcionamentos pedagógicos na utilização desse tipo de informação. A internet de forma geral, apresenta o valor social como algo negociável, de fácil obtenção, rotulável e principalmente livre, e não construído historicamente, como produto de trajetórias diversas e tomadas de decisões, nem sempre convergentes: alguém que abandona os estudos ou a faculdade, por exemplo, ou opta por não cursá-la pode ter sucesso profissional ou não; mas nos vídeos e memes, essa situação é descrita como a melhor atitude, única, aplicável a todos os sujeitos que nela se encaixem.

O volume de informações que nem sempre são comprovadas, além da pouca erudição, percebidas na linguagem escrita e falada, os assuntos que servem a grupos específicos, cleptocráticos, mas transmitem um ar de coletividade. Informações falaciosas, comportamentos estereotipados e voláteis e o perigo de segmentar ainda mais a sociedade. Definições que, muitas vezes, não respeitam a sociedade e os direitos humanos, pois, contrariamente ao que declaram, geram dualidade que não agregam transformações positivas aos estudantes e usuários da internet de forma geral. Em suma, as novas posturas diante da facilidade de acesso virtual arriscam restringir a criatividade dos alunos, se realizado em excesso e sem orientação (mesmo com *prompts* adequados), por isso a necessidade de mediação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre os impactos da presença das tecnologias digitais, no cotidiano dos alunos do ensino médio, da escola estadual Alberto Lima, mostrou como suas influências interferem no aprendizado na sala de aula, na saúde, nos valores éticos e a própria relação com o mundo. A relação dialógica identificou mudanças no comportamento dos alunos, que tendem a perder o foco nos conteúdos programáticos e impactarem o desempenho nas avaliações externas oficiais.

O objetivo de discutir o ethos juvenil e conhecer os alunos e sua forma de lidar com a tecnologia foi alcançada, quando da participação dos 30 alunos nas atividades que nortearam essa pesquisa: questionário, rodas de conversa e produção de material para direcionamentos. A concretização de estratégias de gestão escolar em sala de aula, para integrar as tecnologias de forma pedagógica, foi alcançada através da criação do guia prático que auxiliará professores e alunos no trato com as ferramentas digitais. Ao mobilizar o debate acerca da intencionalidade dos conteúdos e o fomento ao pensamento ético e crítico, a discussão sobre utilização das redes sociais e aparatos tecnológicos de forma geral, denotou a sensibilidade requerida para o ethos juvenil, com vias ao pensamento crítico e a aprendizagem; *ethos* este, que assume ares arrogantes, egocêntricos, futuristas, numa perspectiva de monetização, no contexto das redes sociais, com as quais os alunos interagem. A ênfase dada ao aparente bem-estar, veiculado por elas, “acenderam algumas luzes na mentalidade dos alunos”, que puderam constatar que a tecnologia crítica é indissociável do ensino e precisa ser uma aliada eficaz na realidade da sala de aula, não apenas um requisito teórico nos documentos legais, apesar da limitação desse estudo, por diversas razões: amostragem simples, quantidade de aulas, ausências de alunos às aulas (atrasando ou impossibilitando as discussões coletivas) e bibliografia escassa sobre *ethos* e o percurso da pesquisa ter concomitada com a insatisfação dos alunos com a reforma do novo ensino médio, sancionada em 2017, com relação ao tempo de permanência na escola, sem modificar sua estrutura física.

É contraditória a ênfase no uso da tecnologia e suas aplicações na formação do aluno, quando as novas reformas, leis 13.415 e 14.945 no artigo 3º, parágrafo 8, incisos I e II, reafirmam a perspectiva de inovação tecnológica, pois o reconhecimento da falta de equipamentos, ou mesmo a obtenção deles, ressaltada por Brito, sem a devida formação continuada para professores e a escassez de ambientes adequados, impede que haja um trabalho coeso, utilizando a internet nas aulas, resultando em

efeito ilusório da verdadeira aprendizagem. Então, o aluno utiliza a internet de forma aleatória e passa a buscar respostas no otimismo dos conteúdos virtuais, cuja satisfação encontrada nesse grande teatro, faz parte de um universo criado para convencer, para o bem ou para o mal, alimentando de maneira distorcida, o ethos juvenil. Segundo Libâneo (2012), “complexos conflitos sociais são tomados como individuais, são meias-verdades”, porém, será que o aluno tem amadurecimento suficiente para percebê-las? Quando falta corresponsabilidade no acompanhamento adequado por parte da família e da escola, obscurece a confiança no percurso escolar como caminho para uma educação socioemancipatória.

Os alunos da pesquisa, após observarem que quando se depende totalmente dos conteúdos virtuais, há o risco da perda de criatividade, já que a internet parece oferecer todas as respostas, sem esforço, favorecendo a falta de protagonismo. Assim, eles reduziram o uso do celular em sala quando não era requisitado pelos professores, havendo maior interesse nas atividades em sala de aula, quanto à participação. Além disso, alguns relataram que as IAs, serviram também para auxílio na aprendizagem de novos significados e não apenas simples cópias, quando usadas com responsabilidade e orientação.

Após as etapas de registro e análise, os alunos passaram a questionar os conteúdos de caráter aparentemente verdadeiros, além de admitirem mudar de opinião sobre certos aspectos, identificando certas generalizações apresentadas e mensurando diferenças discursivas no público-produtor e público-recebedor.

Contudo, os resultados não foram conclusivos, devido à subjetividade e diversidade do “ethos juvenil”, das implicações neurocinéticas e das decisões legais nas relações aluno-escola-sociedade-internet dependerem de instâncias que extrapolam o âmbito da escola estadual onde a pesquisa foi realizada: como obtenção e manutenção de computadores e melhoria de sinal da rede de internet, bem como a formação continuada para professores. Problemas de infrequência de alunos durante o percurso da pesquisa levou à repetição de algumas atividades para coleta de dados e mesmo, quando presentes em sala, alguns optaram por não participar por desinteresse, ou por estarem “ocupados” em realizar tarefas de outras disciplinas postergadas por eles, nas aulas anteriores, ou por estarem assistindo a algum vídeo ou envolvidos em um jogo virtual, com a alegação que não poderiam parar ou pausar naquele momento para participar do que a professora propunha; requerendo minutos de conversa para evitar que fossem advertidos de forma mais rígida por estarem descumprindo a proposta da aula. Um comportamento constante em várias aulas, em que ethos juvenil apresentou resistência à socialização nas rodas de conversa,

sendo que alguns não queriam nem mesmo fazer parte da formatação em círculo na sala de aula.

Essa pesquisa pode contribuir também, no futuro, para pautar o tema de forma abrangente, no campo acadêmico, buscando mecanismos que garantam autonomia escolar ao instigar novas reflexões epistemológicas na etapa final da educação básica, no que tange à propedêutica dos itinerários formativos, do Novo Ensino Médio. Ressaltar a efetiva formação continuada no letramento digital para preparar todo o corpo docente (dos anos iniciais aos finais) para que os impactos advindos da utilização internet possa interagir positivamente na cultura juvenil e na gestão do ensino na sala de aula. Outrossim, possa reacender o debate sobre a necessidade de melhoria da infraestrutura das escolas públicas de ensino médio no Brasil, com vias à implementação nas futuras legislações educacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Tatiana Losano; NASCIMENTO, José Mateus do. **Formação do docente a partir da práxis do tripé Ensino-extensão-pesquisa**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar Mossoró, v. 9, n. 29, abril/2023 <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4877> Acesso em 29/04/2025

AGADED, Ignacio; KOFFERMANN, Márcia. **Ciberconsumo e educação crítica**. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/40253> Acesso em 19/11/2025

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Ed. Contexto, 2ª ed., São Paulo, 2016

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação e da pedagogia**. Ed. Moderna, 3ª ed., 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e legislação: a LDB/1996 e as políticas educacionais**. Campinas: Autores Associados, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Reforma do Ensino Médio: avanços, impasses e contradições**. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 74, p. 1–20, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria**. Ed. Zahar, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2022

BRANDÃO, Fabrício Nereu. **Por que a escola não muda? Um olhar de dentro**. Ed. Telha, Rio de Janeiro, 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 out. 2025.

BRITO, Gláucia da Silva; COSTA, Maria Luisa Furlan. **Apresentação – Cultura digital e educação: desafios e possibilidades**. Educar em Revista, Curitiba, 2020. Acesso em 12/06/2024 <https://www.redalyc.org/journal/1550/155063059058/155063059058.pdf>

CRMG Currículo Referência do Estado de Minas Gerais. **Novo Ensino Médio** https://drive.google.com/drive/folders/1YOYsGBL2SO7X9DU5TDbdxILfp4ZSuugr?usp=share_link Acesso em 16/05/2025

DUARTE, Luciano Rodrigues. **Juventude(s), itinerários formativos e projetos de vida: entre reformas e textos/documentos curriculares do Ensino Médio brasileiro (1990 – 2018)** Disponível em <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/12097>

FERRARINI, Adriane Vieira. **O Ethos da renovação social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes**. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/archive> Acesso em 30/04/2025

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. Ed.Paz e Terra, 2ª ed. , São Paulo, 2021

FLORIDI, Luciano. Human being in a hyperconnected era. https://www.academia.edu/9742506/The_Onlife_Manifesto_Being_Human_in_a_Hyperconnected_Era

FLORIDI, Luciano. **Ser humano e inteligência artificial: os próximos desafios do onlife**. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/604136-ser-humano-e-inteligencia-artificial-os-proximos-desafios-do-onlife-entrevista-com-luciano-floridi> Acesso em 03/06/2025

Fundação João Pinheiro. **O desempenho da educação Básica em Minas Gerais** <https://fjp.mg.gov.br/o-desempenho-da-educacao-basica-em-minas-gerais-ideb/> Acesso em 19/04/25

HIRSCH, Eric D. **Por que o conhecimento importa**. Ed. Kírion, 1ª ed., 2023

KLEINE, Martha Regina Egéa. **75 anos de história do Ensino Médio no Brasil**. HISTEMAT – Revista de História da Educação Matemática <https://www.histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/243/188> Acesso em 20/04/25

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Ed. Boitempo, 2ª ed., São Paulo, 2019

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Ed. Parábola, 1ª edição, São Paulo, 2020.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002> Acesso em 19/06/2025

MESQUITA, Silvana Soares de Araújo; LELIS, Isabel Alice Soares Monteiro. **Cenários do Ensino Médio no Brasil**. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000400002> Acesso em 26/04/2025

OLIVEIRA, Pamela Faria. **Ações modernizadoras em Minas Gerais: A Reforma educacional Francisco Campos, (1926-30)**; <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13849/1/AcoesModernizadorasMinasGerais.pdf> Acesso em 25/04/2025

SÁ, Ricardo Antunes de; GOMES, Fabrícia Cristina. **O uso da tecnologia digital na prática educativa dos professores**. <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1104> Acesso em 02/06/2025

SAMPAIO, Maralize Souza; SILVA, Andreia Villela Mafra da. **Ensino Médio no Brasil: uma análise histórica e prospectiva**. Revista Latino-americana de Estudos <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/44423> Acesso em 17/04/2025

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Ed. Autores

Associados, 4ª ed, S.P., 2013. 69
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/33yDnRFLRszBqMqFsq3NDPB/> Acesso em
13/02/2025

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: políticas educacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: Autores Associados, 2020.

Secretaria de estado de Educação MG **Legislação**.
https://www.acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=29691-resolucao-see-n-4777-2022?layout=print Acesso em
19/05/2025

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), **PPP Projeto Político Pedagógico**. https://docs.google.com/document/d/1FxYs3phuy6WTR3_IkfilMskR_fZN-NnDq7DX8ZIS5c/edit?tab=t.0 Acesso em 18/04/2025

Senado federal. **Lei de diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996**. <https://legis.senado.leg.br/norma/551270/publicacao/34619663> Acesso em
[27/04/2025](https://legis.senado.leg.br/norma/551270/publicacao/34619663)

Senado Federal. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/outros-documentos> Acesso em
21/04/2025

Senado federal. **Lei 15.100/2025** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/15100.htm

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Ed Cortez, 1ª ed., São Paulo, 2013.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectiva de Pesquisa** [https://www.scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/abstract/?](https://www.scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/abstract/?lang=pt)
lang=pt Acesso em 26/04/2025

SILVA, Monica Ribeiro da; **A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso**, <https://orcid.org/0000-0002-1729-8742> Acesso em [29/03/2025](https://orcid.org/0000-0002-1729-8742)

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. **Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais.** <https://orcid.org/0000-0002-1729-8742> Acesso em 27/04/2025

SMIL, Vaclav. **Como o mundo funciona: um guia científico para o passado, o presente e o futuro.** Ed. Intrínseca, 1ª ed. Rio de Janeiro, 2024

TEIXEIRA, Geiliane Aparecida Salles. **A relação família-escola na perspectiva das famílias.** 2013 <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/640> Acesso em 29/04/25

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1957.

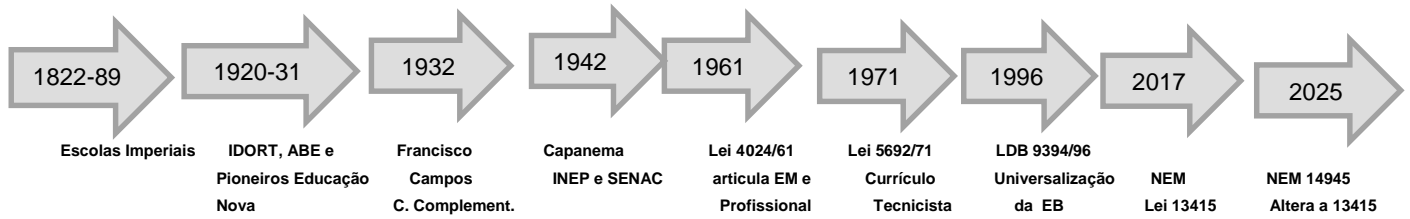
VIEIRA, Yohana Pereira; VIERO, Vanise dos Santos Ferreira; SILVA, Elizabet Saes; SILVA, Priscila Arruda da; SILVA, Laura Silva da; SAES, Mirelle de Oliveira; DEMENECHA, Lauro Miranda; DUMITHA, Samuel Carvalho. **Uso excessivo de redes sociais por estudantes de ensino médio do sul do Brasil- Excessive use of social media by high school students in southern Brazil.**

<https://www.scielo.br/j/rpp/a/jxg9KMFbCZ6xdTwy88QkqNj/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 20/11/2025

8 APÊNDICE

8.1 Linha do tempo: Reformas Educacionais Brasileiras no Ensino Médio*



*Criada pela autora

8.2 Questionário

Caro aluno, gentileza responder às questões do questionário:

1- Quanto tempo (em horas) diariamente, você passa diante da tela do celular ou computador _____ para entretenimento? _____

2- Qual tipo de vídeo ou notícia você segue com maior frequência? Numere em ordem de importância, do mais assistido para o menos assistido: (1) para o mais importante e (10) para o menos importante):

- () Tecnologia () política/economia () jogos () filmes e músicas
- () saúde () Famosos/celebridades () profissões () moda/beleza
- () Crime/ polícia () Educação/Leis

3- Considerando a TV aberta, a quais programas de TV você assiste? Porquê?

4- Na sua opinião a TV aberta tem programas adequados para o público ou pode melhorar se diversificar sua grade de programação? Em que aspectos pode melhorar? Exemplo: programas de auditório são ideais para o público? Que tipo de programa são poucos ou não existem nesse tipo de mídia e você sugeriria que tivesse?

5. Você concorda ou discorda: os programas, os comerciais e tudo que vejo nas redes sociais incentivam e até modificam meu comportamento e minhas ideias. Explique sua resposta. _____

6-Cite 4 aplicativos que você utiliza com frequência; não considere aqueles que são utilizados para trabalho ou pagamento de contas, especifique:_____

7-Descreva os prós e contras do uso das mídias sociais:

8-Você conhece sites de apostas e acredita que eles premiem ou paguem aos possíveis ganhadores? Conhece pessoalmente alguém que tenha ganhado?

9- Quais as invenções tecnológicas mais importantes na sua opinião? Cite ao menos 5 (cinco):

10-O que são Preconceito e Estereótipo? Estas palavras têm o mesmo significado?_____

8.3 Enquete

Preferências de acessos na internet- Disponível em
<https://forms.gle/iZJwUtVhLZ8AiRnA8>

8.4 Fotos

Imagem 3 – Alunos na roda de conversa



Fonte : Acervo da autora para a pesquisa.

Imagem 4 – Alunos preenchendo mural com os aplicativos



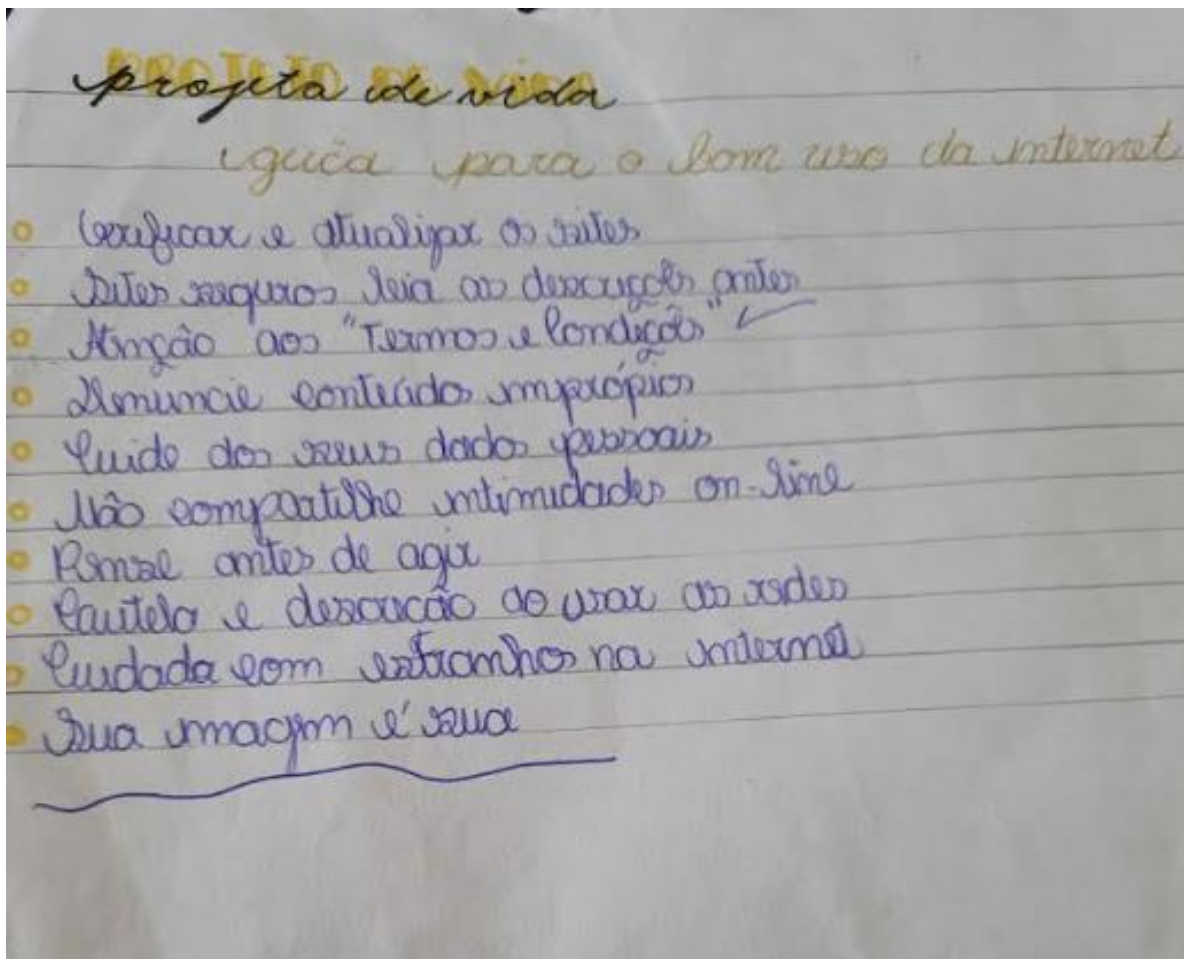
Fonte : Acervo da autora para a pesquisa.

Imagem 5 – Alunos: Alunos preenchendo mural com os aplicativos



Fonte : Acervo da autora para a pesquisa.

Imagem 6 – Redação dos alunos contendo sugestões



Fonte : Acervo da autora para a pesquisa.

